



ATA N.º 07/XII-1º/2017-18

1 - Aos 9 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube das Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

(continuação da reunião anterior)

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.1.1 - “Opções do Plano do Município para 2018”

3.1.2 – “Orçamento do Município para 2018”

3.1.3 – “Mapa de Pessoal do Município para 2018”

3.1.4 – “Opções do Plano dos SMAS para 2018”

3.1.5 – “Orçamento dos SMAS para 2018”

3.1.6 – “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luísa Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pizarat Correia Bom; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo



Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente, procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais Manuel Batista (PS), João Quintino (PS), Bruno Dias (CDU) e José António Rocha (BE), solicitando a substituição por ausência no dia 9 de fevereiro.

4.2- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse: Débora Rodrigues (PS), que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito Manuel Batista (PS), Sérgio Bastos (PS) que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito João Quintino (PS), José Gabriel (CDU) que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito Bruno Dias (CDU) e Pedro Miguel Pereira (BE) que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito José António Rocha (BE), estando impedida a primeira candidata não eleita na respetiva lista Fátima Maria Marras (BE).

4.3 - A Sr.ª Presidente da União de Freguesias da Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião de 9 de fevereiro, sendo substituída pelo eleito António Joaquim Oliveira.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5 – O Presidente informou o plenário que, por motivo de falecimento de um familiar, a Srª Vereadora Amélia Pardal não pode estar presente, sendo substituída pelo 2º candidata não eleita da respetiva lista Ana Cláudia Dias, estando impedido o 1º candidato não eleito Rui Jorge Martins.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Sr.s Munícipes Pedro Rebelo e António Faustino.

5.1.1 – O Sr. Munícipe Pedro Rebelo:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Poder Local Democrático tem na génese da sua formação a inequívoca expressão do Povo e dos Trabalhadores, a participação democrática, momento ímpar da sua capacidade de organização, construção e envolvimento.

A componente da participação, que se expande de forma assinalável após o processo revolucionário que se inicia a 25 de Abril de 1974 foi a demonstração de que esta Revolução não se reporta a um dia, reporta-se a um processo de que a edificação do Poder Local Democrático é exemplo. O fruto deste processo foi a democratização e universalização de acesso das populações a direitos humanos fundamentais.



Os trabalhadores, organizados nos seus Sindicatos tiveram um papel fundamental de força catalisadora de afirmação do caminho democratizante nacional, a que o Poder Local não foi imune.

Na assunção de que efetivamente os trabalhadores são a alavanca prática e crítica da evolução, concluiu-se que o estímulo à sua participação e envolvimento informado na gestão, mas também no que respeita ao exercício dos seus direitos e contributos à elevação das condições de trabalho, é importante e necessário.

Em Almada, no contexto da Câmara Municipal de Almada, SMAS de Almada e ECALMA, por capacidade reivindicativa e de organização dos trabalhadores ao longo de décadas, há o reconhecimento do papel de que os trabalhadores através das suas Organizações Representativas são um ganho de massa crítica ao desenvolvimento do trabalho e da prestação do Serviço Público.

No atual contexto político na Câmara Municipal de Almada tem atualmente havido capacidade de diálogo, mas a questão dos direitos conquistados no contexto já descrito continua sem resposta atualmente nas três instituições do Município os trabalhadores veem-se confrontados com a tentativa de condicionamento destes direitos de que não abdicam, facto demonstrado pela resolução aprovada em Plenário Geral, por unanimidade, em defesa dos direitos que são seus.

Conhecendo nós as leis laborais deste país e o trajeto de retrocesso civilizacional na tentativa de condicionamento do Movimento Sindical de dar passos na proximidade com os trabalhadores, na tentativa de ingerência em relação à forma de funcionamento dos Sindicatos da CGTP-IN. As referidas leis possibilitam apenas 15 horas por ano aos trabalhadores para reunirem em plenário, 12 horas por mês aos Delegados Sindicais, 4 dias por mês aos Dirigentes Regionais e Nacionais para desenvolvimento do trabalho de proximidade e discussão no seio dos trabalhadores.

A escolha que este Executivo tem perante si, é política. E a escolha entre quem assume, no âmbito do preceito constitucional da Autonomia do Poder Local, o reconhecimento dos trabalhadores e suas organizações 4 representativas como sendo parte dos pilares da construção e evolução do Concelho de Almada, dando aos processos informativos, organizativos e reivindicativos, estatuto de utilidade pública. Ou, por outro lado, assumir exclusivamente a prática injusta da legislação laboral em vigor que impõem severas restrições e ingerências à participação democrática dos trabalhadores.

O reconhecimento nacional deste Município tem como executantes os trabalhadores visados, em Liberdade e Responsabilidade.

Estamos num tempo de reposições de direitos aos trabalhadores com um caminho percorrido que só nós conhecemos na vida diária. Luta intensa e organizada, luta junto dos sucessivos Governos que desde sempre tiveram opções claras, ignorando e desvalorizando o fator trabalho no sector público ao longo dos anos, com particular destaque para o Governo anterior do PSD/CDS, que avançou com um verdadeiro



roubo aos trabalhadores, mas em especial os do sector público, privilegiando a parceria público e privado ou mesmo a privatização. Opção que continua com o Governo atual, mas que hoje, no contexto político atual em que a luta dos trabalhadores contribuiu para a derrota do Governo PSD/CDS, permite a devolução tímida de direitos e rendimentos que valorizamos. Não deixa de ser estranho que num momento político e social como este em Almada, se vá ao encontro de tentar condicionar o exercício de direitos aos trabalhadores.

Exigimos a decisão da utilização do mecanismo legal aplicável à liberdade e responsabilidade de exercícios dos direitos dos trabalhadores!

Na ordem do dia temos as seguintes questões:

Regularização dos Vínculos Precários na Administração Local - Lei 112/2017

Tendo em conta que os Mapas de Pessoal têm de vir à Assembleia Municipal para aprovação e deliberação segundo o que decorre da Lei 112/2017. O que é que está previsto?

Descongelamento das Carreiras na Administração Pública

A lei do Orçamento de Estado firma o descongelamento de carreiras de forma nitidamente insuficiente. Mas apesar disso é importante fazê-lo de forma legal e justa. A lei prevê uma progressão não inferior a 28€, apesar disso há Câmaras Municipais a aplicar uma progressão de 3,56€ aos trabalhadores que estão colocados na primeira ou segunda posição remuneratória. Então veja-se, o salário mínimo nacional acresceu de 557€ para 580€ (uma diferença de 23€), acrescentando os 3,56€ da segunda para terceira posição, temos um acréscimo salarial de 26,58€. Os trabalhadores têm de ser colocados na quarta posição remuneratória com um salário de 635,07€ com o pagamento imediato de 25% do total do valor da progressão (Lisboa, Porto, Alcácer do Sal são exemplo de aplicação da posição do STAL).

Descongelamento e SIADAP

Sabemos que as situações de SIADAP nos SMAS de Almada estão por resolver (facto para que o STAL sempre alertou), é importante que neste contexto de descongelamento de carreiras sejam tomadas todas as diligências possíveis para que os trabalhadores progridam dentro do que são os fatores limitativos deste famigerado Sistema de Avaliação. Aos trabalhadores está a ser transmitida a ideia de que a única solução para esta questão é a ponderação curricular. Mas não é. O responsável máximo, com base no Artigo 60º da lei 66-B/2007, que regulamenta a aplicação do SIADAP, tem poderes para retornar ao Conselho Avaliador com as avaliações já existentes, e partindo daí homologar. Tendo em conta os dois mecanismos existentes é importante clarificar o que pretende o Executivo fazer.

O que pensa o Executivo fazer relativamente a estas duas questões?



A Adenda ao ACEP - 25 dias de férias, tolerância de ponto no dia do aniversário, consolidação de tolerância de ponto em dia de Carnaval - Iniciativa do STAL

Mesmo tendo em consideração a afirmação da Sra. Presidente da CMA de que não concorda com esta Adenda, há o compromisso de aplicação desta e que no caso da CMA já estão reunidas as condições para que os trabalhadores possam exercer o direito. Já nos SMAS a questão é diferente, ainda não estão reunidas as condições para que os trabalhadores exerçam estes direitos que advém da assinatura desta Adenda - o ACEP é lei.

O que está previsto fazer em relação ao ganho de condições para a operacionalização destes direitos nos SMAS de Almada?

Horários de Trabalho

Nas duas propostas de Opções do Plano, CMA e SMAS estão contempladas alterações de horário dos trabalhadores. Lamentamos o facto de estas questões não cumprirem os trâmites legais e constitucionais da negociação coletiva, ou seja, há propostas políticas da constituição de horários e não se negocia com as organizações representativas dos trabalhadores tendo em conta um assunto tão sensível como horários de trabalho, matriz fundamental, apar do salário, do quotidiano dos trabalhadores. É o seu horário de trabalho que define o tempo de presença ou ausência no meio doméstico, que define a possibilidade de criação e fruição culturais, que define o tempo despendido à prática do desporto.

Nas Opções do Plano da CMA, SMAS e ECALMA estão um conjunto de compromissos assumidos, com impacto em horários sem consulta ou negociação com o STAL, como determina o ACEP ou Acordo de Empresa:

CMA- Alargamento dos horários de funcionamento dos equipamentos culturais;

SMAS - Alterações de horário, mas não concretiza em que sectores;

ECALMA - Define o alargamento do no de áreas de fiscalização, mas não explica como.

Estamos abertos ao diálogo e à negociação, como o temos demonstrado, mas não podemos de forma nenhuma aceitar estas imposições.

Depois deste apelo, que pensa fazer o Executivo desta Câmara?

Os Trabalhadores da Administração Local e a População

À população do Concelho de Almada dizemos que, como em todos os momentos, estaremos na frente da luta na valorização do Serviço Público, seremos sempre um aliado e nunca um obstáculo do cumprimento dos direitos de acesso dos munícipes deste Concelho, mas também de todo o país.



Que nunca se esqueçam! Por cada passo reivindicativo que os trabalhadores dão através do STAL e da CGTP-IN, estão a defender e a valorizar o Serviço Público, a contribuir para a sua maior humanização, eficiência, proximidade e democraticidade. Duas perspetivas, um único objetivo.

Pela reposição e progressão dos direitos dos trabalhadores! Pela valorização dos Serviços Públicos

5.1.2 – O Sr. Município António Faustino:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou tentar ser breve, tenho várias perguntas para fazer, e vou prescindir da leitura dos considerandos, para não perder tempo.

A primeira questão é uma correção à pergunta que eu fiz ontem, para não induzir em erro. Tem a ver com a questão da alta tensão e a negociação que a Câmara estaria a fazer com a REN, eu trago aqui novamente a pergunta, mas corrigida, eu ontem falei em 377-1, e não é a isso que eu me queria referir.

A pergunta é se a Câmara neste caso, confirma a negociação com a REN, para deslocação da linha de muito alta tensão, para a Ex Estrada Nacional 377? É a primeira questão.

A segunda questão que trazia, embora tenha sido ontem colocada por um outro município, mas creio que, e no meu entender, não foi claro, tem a ver com as obras Ex Estrada Nacional 377, e a pergunta é: Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, face à ausência de informação concreta, vimos pela presente solicitar ponto da situação sobre as obras da Ex Estrada nacional 377.

Se já foi iniciada a obra do projeto efetuado pelo anterior órgão do Executivo Municipal? Que troço está a ser intervencionado, e que prazo se prevê para a sua conclusão?

Outra questão, e vou ler apenas o título: Sobre a Construção de mais Campos Relvados nas Freguesias para a Prática Desportiva.

A pergunta è: a atual gestão municipal, abandonou o projeto de construção de dois campos relvados e um campo de basebol na Quinta dos Porfírios Sobreda? Se sim, que alternativas de curto prazo previstas para dar resposta às necessidades colocadas pelo Charneca de Caparica Futebol Clube de dispor de outro espaço no âmbito da área geográfica das freguesias de Charneca de Caparica Sobreda?

Outra questão, tem a ver com o Plano Plurianual da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica Sobreda, na qual eu sou eleito na Assembleia, como ontem referi, e que foi aprovado no passado dia vinte de dezembro de 2017. E a pergunta tem a ver com uma questão que nós na altura colocamos ao Senhor Presidente de Junta, que na altura não nos conseguiu esclarecer, não teria informação disponível, e que tem a ver precisamente com o valor elevado que nós verificamos na rubrica PPI, para o ano de 2020, na ordem dos seiscientos e tal mil euros, que é um valor de cerca de três vezes mais do que aquilo que é



atualmente o valor do ano de 2018, que são 239.000.00 (duzentos e trinta e nove mil) euros. E para se perceber melhor, a questão é muito simples. Face à ausência de informação pública sobre o assunto, ou de informação facultada aos eleitos da Assembleia de Freguesia, questionamos a Senhora Presidente de Câmara, se existe algum acordo entre a Câmara Municipal de Almada, e a União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda, referente a reforço de transferências de capital, por parte da Câmara Municipal de Almada, para a Junta de Freguesia Charneca de Caparica e Sobreda? Se sim, qual o valor em questão? Quando está prevista a sua transferência? E para que projetos em concreto se refere?

Para terminar, uma pergunta sobre a questão das portagens da A33, e do Pórtico do Nó da Queimada. Nós levamos uma moção à última Assembleia de Freguesia sobre este assunto, a moção foi aprovada por maioria, com os votos a favor da CDU, e do Bloco de Esquerda, teve a abstenção do PS, e os votos contra do PSD. E a questão à qual gostaria de obter informação por parte do Executivo Municipal, também é simples. Qual a posição do novo Executivo Municipal, sobre a abolição definitiva das portagens na A33, em toda a sua extensão? Segunda questão: qual a posição do novo Órgão do Executivo Municipal, sobre a abolição imediata do pagamento de portagens, do Pórtico do Nó da Queimada, de forma a minorar os impactos na mobilidade rodoviária, que as obras de requalificação da Ex Estrada Nacional 377, inevitavelmente terão? Alínea c) que medidas ou iniciativas, prevê o Município tomar junto da concessionária e junto do Governo para terminar com esta clara situação de desigualdade na acessibilidade a quem reside na Freguesia de Charneca de Caparica.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Carlos Guedes (BE), João Geraldes (CDU), o Sr. Presidente da União de Freguesias Charneca Sobreda Pedro Matias (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Boa noite a todos, esta segunda reunião extraordinária é particularmente importante por ser também a reunião onde se vai discutir, e espero que aprovar, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento 2018.

Muito rapidamente, respondendo ao Senhor Múncipe Pedro Rebelo, que suponho que está em representação dos SMAS, não sei se está aqui como delegado sindical ou se só está aqui como múnice, mas quero-lhe dizer que pode ficar descansado, que relativamente aos vínculos precários, naquilo que nos compete fazer, irá uma proposta à reunião de Câmara no próximo dia vinte e um de fevereiro.

Permita-me, no entanto, dizer que não deixa de ser curioso, que depois de ter verificado múltiplas declarações do anterior Executivo, que estão, aliás, em Ata de Assembleia Municipal, em como em Almada não existem precários, nós fomos confrontados agora com um levantamento que identifica cinquenta e



um trabalhadores possíveis, de serem abrangidos pelo programa, por terem vínculos precários. Como deve imaginar, de zero a cinquenta e um exige algum tempo para que os casos sejam analisados. E permitam-me, que pergunte onde estavam os sindicatos nessa altura, quando estes trabalhadores estavam com vínculo precário, e que o então executivo dizia que eles não existiam?

Por outro lado, permita-me também dizer-lhe, que, relativamente à Lei Laboral, todos nós sabemos quais foram as alterações, eu teria muito a dizer sobre a questão da Lei Laboral, mas deixe esclarecer que a Lei Sindical não mudou. E, portanto, o que acabou de fazer, é dizer que a Lei Sindical que não mudou e que foi uma conquista de Abril e dos trabalhadores, é um retrocesso. A única coisa que este Executivo faz, e exige, é que a Lei Sindical seja cumprida naquilo que é a sua essência.

Por fim, permita-me também lhe dizer, nós estamos sempre disponíveis para conversar, com o Sindicato, com todos os Sindicatos, e com todas as Comissões de Trabalhadores. Aliás, as primeiras reuniões que fizemos mal tomamos posse, foi com a Comissão de Trabalhadores, tanto da Câmara, como dos SMAS, com todos os Sindicatos representativos dos trabalhadores. Nessa altura levantaram-nos algumas questões. Curiosamente, o Sindicato dos SMAS, nunca levantou a questão de nos SMAS o SIADAP não ser cumprido há seis anos. E, portanto, eu acho que teremos todas as ocasiões para falar dessa questão, e quando falamos de direitos dos trabalhadores, e quando estamos a falar justamente das carreiras, eu acho que o STAL dos SMAS, se devia interrogar um bocadinho, o que é que andou a fazer nos últimos seis anos.

Passo então à resposta do Senhor Município António Faustino.

Relativamente à 377, já foi aqui abordado ontem, e voltarei a abordar com toda a clareza, e transparência. Estavam previstas umas obras na 377, (a 377 é muito comprida) apenas de um quilometro e quatrocentos metros. Como sabem a 377 é bastante mais comprida do que isso. As obras que estavam a decorrer, estavam ao cargo da grande superfície, que foi lá construída, e não da Câmara. Havia um projeto da Câmara, cujos montantes eram absolutamente exorbitantes, e que não respondiam ao problema integral da 377. Simultaneamente, como também já o afirmei ontem, estamos de facto em conversações com a REN, para a possibilidade de enterrar as linhas de alta tensão, a dimensão dessa parte da 377. O que permitirá não só a reabilitação total da 377 com muito menos encargos para o Município. E mesmo que assim não fosse, havendo a necessidade de fazer duas obras numa parte do troço que estava previsto, seria absurdo estarmos a avançar com parte dessas obras, para pouco tempo depois voltar a ser aberta a mesma estrada. Sabemos que é uma via de grande frequência, sabemos que é uma via onde é difícil fazer obras porque quando chega a época alta nada é possível, já é caótica tal como está, portanto, é melhor não acrescentar obras. Eu penso que dentro da próxima semana, ou duas próximas semanas já teremos



uma proposta definitiva, uma proposta que seja feita pela REN, e que as Infraestruturas de Portugal, que eu ontem não mencionei mas o enterramento das linhas de muito alta tensão também era recusado pelas Infraestruturas de Portugal, possam concordar para começarmos a assentar num projeto definitivo, e arrancar a obra.

Relativamente ao Campo de Basebol, deixe também que lhe diga, que só agora em janeiro, segundo as informações que me foram dadas, é que por fim a Câmara Municipal é proprietária de todo o terreno. E, para já temos de facto um problema, porque assim à partida já tenho três coletividades a quem esses terrenos foram prometidos. Portanto, tentaremos gerir da melhor forma.

Por fim, relativamente às delegações de Competências e Acordos de Execução com as Freguesias.

Até agora, automaticamente, eles mantêm-se até à aprovação do orçamento. Sim, estamos com intenções de reforçar as competências das Freguesias, e até esse reforço de competências estar estabilizado, os montantes serão aqueles que dizem respeito às delegações atuais. Os acordos renovam-se, e as transferências renovam-se naturalmente. Havendo um reforço de transferência de competências, também obviamente a verba irá ser ajustada em função desse reforço. Quero também dizer que isso é um trabalho que queremos fazer com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, porque, provavelmente, nem todos os Presidentes de Junta quererão o mesmo tipo de reforço de competências, porque também cada território tem as suas exigências particulares. Portanto, é algo que também já anunciamos aos Senhores Presidentes de Junta, que queremos construir e fazer com eles. Neste momento estamos em fase de Grandes Opções do Plano e Orçamento, vamos estabilizar essa fase e logo a seguir entraremos em conversações para irmos mais além do que aquilo que já estava previsto, e que estava acordado.

5.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, nós vemos, ouvimos, e lemos e não podemos ficar calados, e neste momento nós sentimos que não podemos mesmo ficar calados.

Nós temos assistido, desde a tomada de posse, a uma disputa que não é calada, porque é visível e é factual, entre a CDU e o PS, entre a CDU e o atual Executivo. A única coisa que nós queremos deixar claro, é que não coloquem os trabalhadores no meio desta disputa. Acima de tudo, os direitos de quem trabalha para esta autarquia, devem ser assegurados. Portanto, nós não podemos ouvir da boca de um representante sindical que há uma tentativa de condicionamento de direitos dos trabalhadores e ficar calados. E nós não podemos ouvir, e ficar calados, a resposta que foi dada pela Senhora Presidente, porque não nos tranquiliza, e queremos de facto deixar claro, que da nossa parte haverá sempre esse distanciamento de



que somos um partido de um grupo municipal que não é um sindicato, mas que estaremos sempre ao lado dos trabalhadores.

5.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, Presidente da União de Freguesias Charneca Sobreda (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui falar porque há pouco o eleito que está na Assembleia de Freguesia, António Faustino, fez aqui um conjunto de perguntas e eu vinha esclarecer duas ou três questões que me parecem importantes que fiquem esclarecidas.

A primeira questão tem a ver com os 600.000.00 (seiscentos mil) euros no orçamento da Junta de PPI. Se estão lá, é para construir aquilo que o Senhor devia ter construído. Um multiuso, e uma biblioteca. Quatro anos, zero. Mas vou continuar.

Obras 377. O Senhor esteve lá quatro anos, está ali o antigo Presidente da Câmara Municipal de Almada, Vereador atual, não está cá a Senhora Vereadora que esteve no Charnequense, prometeu em junho de 2015, Boletim Municipal de Almada, eu não vou repetir, “vamos arrancar até ao final do ano com as obras”. No dia trinta de outubro de 2017, zero. E, o Senhor não veio cá fazer nenhuma pergunta, mas devia ter vindo. Durante aqueles dois anos, devia ter vindo aqui perguntar, porque é que as obras não começaram. Zero, zero. Campos relvados. Eu também gosto, estou um bocado para o gordo, preciso de correr, também gosto. No fim da Sobreda, um outdoor, eu gostava de ir a Marte, gostava de ir a Marte, é um sonho que eu tenho. Mas não é possível. Foi o que aconteceu. Campo de futebol e de basebol, zero. É só promessas, zero.

E agora queria aqui dizer outra coisa, e já agora, cumprimentar o Pedro Rebelo, pela coragem de vir aqui à Assembleia Municipal, também dizer-lhe que há muitos anos que eu não sei onde é que ele está, que eu não o vejo, mas já há muitos anos que um dirigente do STAL não vinha aqui. Dar referência e nota disso. Fez bem em vir cá. Na Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Sobreda, no anterior mandato, isto é para que toda a gente saiba, é importante falar de trabalhadores, temos trabalhadores que eram pagos em ato isolado, “ato isolado”, não sei se sabem o que é. Saía o dinheiro da caixa, pago todos os meses aos trabalhadores, e no dia trinta e um de dezembro, ou quando cessavam funções, faziam um ato isolado. Isto é a CDU. Isto é a CDU, Senhor Pedro Rebelo. Isto é que era importante o Senhor perguntar. Veio aqui e fez bem, perguntou muita coisa, e eu até o acompanho em muita coisa, mas isto é importante. Para que não fiquem dúvidas nenhuma, os trabalhadores, quando o Senhor vem aqui, os trabalhadores da Junta de Freguesia, onde eu sou Presidente, e tenho a certeza que a Senhora Presidente da Câmara também vai resolver o problema, eu acho que se calhar daqui a uns meses, isto corre melhor.



5.2.4 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente, Senhor Presidente, porque eu acho que as coisas têm que ser sérias e têm que ser ditas de forma séria.

Ao contrário do Senhor Deputado Carlos Guedes, nós julgamos que não há nenhuma disputa entre a CDU e o PS, em matéria absolutamente nenhuma desde o início do mandato. Há uma tentativa da Presidente da Câmara e da atual maioria, de justificar as opções que tomam, em função daquilo que foi o mandato anterior. São coisas distintas, não há nenhuma disputa.

Relativamente à questão dos vínculos precários, não há ninguém neste país, nenhuma organização pública neste país, mais que a CDU, que tenha lutado contra o trabalho precário neste país. Nenhuma. E são inúmeras as situações em que a CDU e as forças políticas que compõem a CDU, na Assembleia da República, apresentaram propostas de combate ao trabalho precário, que foram sistematicamente chumbadas pela maioria que hoje compõe esta Câmara Municipal. E, portanto, é preciso sermos sérios. E, dizer que o anterior Executivo dizia que não tinha precários, e depois tinha cinquenta e um trabalhadores precários na autarquia, não é sério. Peço desculpa, mas não é sério. Há quinze mil trabalhadores precários nas autarquias neste país. Quinze mil. E, são quinze mil precários, porque é preciso não esquecer porque é que eles apareceram. É preciso não esquecer, porque é que as autarquias, tiveram que recorrer a trabalho precário. É preciso não esquecer que o PS, o PSD e o CS-PP, assinaram com a TROIKA estrangeira, um protocolo, um acordo, ou o que foi, que impôs às autarquias locais, a redução em 2% dos trabalhadores das autarquias, e impediu a contratação de trabalhadores, durante anos. É preciso não esquecer isto. Como é que se garantia os serviços que as autarquias têm que prestar às populações? Qual era a opção? Era fechar os serviços, era acabar com os serviços e deixar as populações sem os serviços? Não foi essa opção. Nós somos contra o trabalho precário, nós sempre fomos contra a necessidade de recorrer a situações de trabalho precário para satisfazer necessidades permanentes. Simplesmente, foi a Lei que o PS, o PSD e CDS-PP impuseram ao país, que nos obrigaram, e obrigaram a generalidade das autarquias, a seguir uma via que não é a via que as autarquias defendem. Portanto, é preciso sermos sérios. No final do mandato anterior, com a mudança de política nacional, estávamos a resolver o problema. Aliás, como se continua a resolver o problema, e como todos nós defendemos que o problema se resolva. Portanto, é preciso ter sentido de Estado relativamente a estas matérias, e é preciso ser sério, quando se fazem as afirmações que se fazem.

5.2.5– A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Em primeiro lugar, Senhor Deputado João Geraldês, se me permite, não creio que tenha autoridade para pôr em causa a minha seriedade, e a seriedade das minhas palavras. E se eu não desminto imediatamente com factos, aqui muito claros, factos que o Senhor Deputado conhecia, até pela posição que ocupava, é por respeito pela privacidade de alguns membros, inclusivamente da sua bancada. E, aí poderíamos falar de seriedade.

Quero descansar o Senhor Deputado Carlos Guedes, que da nossa parte, não pomos os trabalhadores no meio de nenhuma disputa. Mas, uma coisa é, proclamar direitos de trabalhadores, e outra coisa é pôr em prática políticas, e criar as condições de trabalho que protegem os trabalhadores.

É ou não é verdade que o SIADAP não era aplicado nos SMAS desde há seis anos? É ou não é verdade, que havia cinquenta e um trabalhadores precários? É ou não é verdade, que a Câmara Municipal de Almada, chegou a recorrer à Manpower para contratar pessoas? É ou não é verdade, que faz automaticamente outsourcing, e nenhuma Lei o impedia, como nem em Almada, nem em nenhum outro Município, para contratar os monitores de natação, e que trabalham os trabalhadores das piscinas, que estavam convencidos que trabalhavam para a Câmara Municipal de Almada? Eu terei todo o gosto em enviar a esta Assembleia todos os documentos que o comprovam. E, mais, também terei todo o gosto em enviar a esta Assembleia as Atas, onde o anterior Presidente, declarava solenemente, suponho com sentido de Estado, que em Almada, não havia precários. Afinal, havia ou não havia?

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda.

O Presidente informou a Assembleia que foi consensualizado que a discussão dos documentos se faria em conjunto, embora, na votação, se votassem separadamente os documentos da CMA e dos SMAS.

6.1.1 - Foi feita a apresentação da proposta sobre as Opções do Plano e Orçamento do Município para 2018 pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Almada.

A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Debatemos hoje na Assembleia Municipal dois instrumentos fundamentais para a Governação do nosso Concelho: o Orçamento e as Grandes Opções para o corrente ano de 2018.

Nunca entendi o equilíbrio orçamental e a redução da dívida como fins em si mesmos, mas também não ignoro que são condição para podermos libertar recursos necessários à satisfação das necessidades de Almada e dos almadenses.



Sem contas certas, sem contas em dia, teremos mais dificuldade em atrair para o nosso concelho os investimentos que podem dinamizar a economia local e criar mais emprego.

A consolidação orçamental é fator de confiança para os cidadãos e para os agentes económicos.

Ora, nos últimos 5 anos, entre 2012 e 2017, as receitas do município cresceram cerca de 2 milhões de euros, enquanto as despesas correntes, por si só, cresceram na ordem dos 3 milhões.

Não é desejável nem razoável a sistemática mobilização do saldo de gerência para suprir resultados operacionais negativos.

Em 2016, estes saldos negativos ascenderam aos 7,9 milhões de euros e em 2017 a 5,4 milhões de euros, aos quais acrescem ainda 5,3 milhões de euros de compromissos já assumidos nesse ano e que transitaram para 2018.

De facto, é tempo de iniciar um caminho de recuperação do equilíbrio orçamental, para evitar que as contas do Município se tornem, a curto prazo, insustentáveis.

Claro está que uma proposta orçamental é sempre precursora da ação futura do Município e ao mesmo tempo condicionada pelas execuções anteriores.

Mas estou convicta que a execução desta proposta orçamental será certamente um primeiro passo rumo ao desejado equilíbrio orçamental.

Nesse sentido, podemos dizer que este orçamento para 2018 se caracteriza pela necessidade de uma gestão atenta e rigorosa, sobretudo nas despesas para aquisição de bens e serviços, sendo que todas as despesas correntes deverão ser objeto de racionalização numa lógica de redução de desperdício.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Um orçamento é, naturalmente, o instrumento de política que dá tradução à visão estratégica e às propostas programáticas que foram sufragadas pela população.

Essa visão e essas prioridades estão bem plasmadas nas Grandes Opções do Plano que acompanham este Orçamento e que também submetemos à apreciação desta Assembleia Municipal.

Através da gestão das receitas e da afetação das verbas necessárias, vamos dar concretização a uma nova visão e a um novo programa, com uma nova atitude política à frente do Governo de Almada.

Essa nova atitude traduz-se numa palavra: abertura.

Abertura às pessoas e à cidadania. Abertura ao rio e à Área Metropolitana.



Abertura a novas formas de dinamizar a economia e criar emprego.

Isto representa um novo relacionamento com os cidadãos, com o Governo central e demais municípios da Área Metropolitana, e com os agentes económicos e sociais.

A cidadania democrática exige mais participação e mais transparência.

Transparência não significa populismo. Pelo contrário, é o melhor antídoto contra o populismo, pois é a transparência que permite separar o trigo do joio e que facilita o escrutínio público do exercício do poder delegado nos representantes eleitos democraticamente.

Daí a importância que damos ao projeto do “Portal da Transparência” e a instrumentos análogos, que permitirão a todos os interessados conhecer e sindicar a ação dos agentes políticos e dos serviços municipais.

Daí a importância da avaliação e revisão do Regulamento Municipal de Apoio às associações, coletividades e IPSSs, com contratualização por objetivos e resultados, com avaliação e auditoria das condições acordadas.

Na qualidade da democracia local, a transparência rima com participação.

Já em 2018 vamos dotar o Orçamento Participativo das verbas necessárias a uma verdadeira participação cidadã.

Vamos também lançar o Fórum dos agentes culturais de Almada, assegurando a título experimental, a sua participação na definição e monitorização da política local.

E para facilitar o relacionamento dos cidadãos e das empresas com o município, vamos ter um Simplex Autárquico+, diversificando os canais, concentrando serviços e desmaterializando processos por via eletrónica.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

A cidadania política fica incompleta sem a cidadania social.

Os direitos de participação não atingem a sua plenitude sem as condições sociais para o seu exercício.

Em Almada, continuamos a ter dos níveis de pobreza mais elevados do país.

Muitos pontos do nosso concelho continuam a ser classificados de territórios deprimidos.

A taxa de desemprego baixa, mas não baixa ao ritmo da Área Metropolitana.

O insucesso e o abandono escolar são inquietantes.

O rendimento per-capita está abaixo da média metropolitana.



Não nos conformamos com esta realidade.

Cuidar dos cidadãos significa, em primeiro lugar, cuidar da ação social que desenvolvemos junto dos munícipes e das suas famílias.

Com a aprovação desta proposta orçamental, para além de mantermos os níveis dos apoios que vêm sendo garantidos, daremos uma atenção especial às pessoas que desempenham as importantes funções de “cuidador”, e que tantas vezes o fazem com profundos sacrifícios pessoais, familiares, económicos e profissionais.

Ao mesmo tempo, vamos desenvolver, já em 2018, as intervenções e as respostas necessárias à defesa da dignidade e dos direitos fundamentais dos residentes do 2º Torrão, das Costas de Cão, das Terras da Costa, do Bairro do Rato ou do Bairro do Chegadinho.

A preparação do futuro começa quando se cuida do presente, quando se semeia hoje aquilo que pode dar frutos amanhã.

Nesse sentido, vamos melhorar a nossa capacidade de resposta aos anseios dos jovens com a Festa do Desporto, com a renovação das escolas e com incentivos à sua fixação em zonas marcadas pelo envelhecimento.

O sucesso das estratégias de fundo não é independente da forma como tratamos o que nos é mais próximo.

A aquisição de bens de capital deverá constituir, em 2018, outro destino importante de despesa municipal. Com um montante previsto de cerca de 19,6M€, ela corresponde a cerca de 22% da despesa total e 76% das despesas de capital.

Na aquisição de bens de capital sublinhe-se a importância do investimento em estradas e arruamentos, em escolas e na reparação de edifícios, entre os quais 3M€ de investimento apoiado por fundos estruturais comunitários.

A este propósito, devo reconhecer que ao longo da campanha eleitoral notei uma grande insatisfação com o funcionamento de alguns serviços camarários, nomeadamente com os resultados na área da higiene urbana.

Quero dizer-vos hoje que temos prevista a criação de instrumentos de alerta que a própria população pode ativar quando se verificarem falhas ao nível da higiene do espaço público.

Vamos criar um serviço multicanal de gestão integrada de reclamações e brigadas de intervenção rápida, para responder a esse tipo de situações.



Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nova atitude de abertura aos cidadãos. Mas abertura também para um novo tipo de relacionamento com o Governo central e com os municípios vizinhos.

A Câmara Municipal não é uma mera Provedoria dos Cidadãos junto do poder central.

Somos hoje um concelho que olha para o Tejo como algo que une e não como um muro que nos separa do desenvolvimento.

Um concelho que quer participar do movimento único que atravessa a nossa Área Metropolitana.

Sem prejuízo da nossa autonomia municipal, sempre será mais útil para os interesses de Almada a concertação de posições e o trabalho conjunto do que um qualquer afastamento resultante de preconceitos partidários.

Não vivemos orgulhosamente sós, numa ilha isolada do mundo.

A mobilidade e os transportes, a procura turística e cultural, a proteção ambiental e a segurança das populações não conhecem fronteiras administrativas.

Os transportes devem ser a prioridade número um da Área Metropolitana.

Estamos totalmente empenhados no desenvolvimento de estudos de bilhética e sistema tarifário, de iniciativa da Área Metropolitana, tendo em vista a simplificação e integração dos títulos existentes, o alargamento do tarifário “Intermodal de Lisboa” e a criação do passe intermodal, a preços acessíveis.

Se não nos juntarmos ao pelotão da frente do desenvolvimento metropolitano, vamos perder oportunidades de desenvolvimento.

Esta é a hora da cooperação estratégica.

Por isso, de agora em diante, Almada não dispensará uma relação estreita e cooperante com Lisboa, com todos os municípios da Área Metropolitana, e em especial com os do Arco Ribeirinho Sul, concertando posições e estabelecendo colaborações úteis para todas as partes, a começar pelo projeto estruturante que temos para a Margueira e para todo o Arco Ribeirinho Sul.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Se há coisa que hoje todos sabemos é que, sem dinamismo económico, sem investimento, não há oportunidades de emprego e de mobilidade social.



Ao aperfeiçoamento das políticas metropolitanas, sociais, culturais e ambientais, temos de acrescentar, com urgência, novas políticas administrativas, fiscais e urbanas, capazes de atrair investimento, gerar novas receitas e mais emprego.

É esse o principal desafio estratégico de Almada.

Um desafio assumido nestas Grandes Opções e traduzido neste primeiro orçamento.

Quero aqui garantir que a nova atitude de abertura vai ser sentida também pelos agentes económicos; pelos investidores, pelos empreendedores, que vão encontrar em Almada o ambiente favorável ao desenvolvimento dos seus projetos, à criação de riqueza e à geração de emprego.

Almada tem uma sociedade civil forte e mobilizada. É uma terra de liberdade e de tolerância, onde se cruzam muitas culturas. Um espaço onde a criação artística e a investigação científica se cruzam.

Tem tudo para ser um concelho onde a criatividade e a inovação se juntam. E essa é a combinação que traz vantagens comparativas aos territórios neste mundo globalizado em que vivemos.

Nesse sentido, vamos pôr as agências de desenvolvimento local a trabalhar em rede, e cada vez mais focadas na captação de investimento e na criação de emprego no território.

Vamos criar o Balcão do Investidor, para gerir e acompanhar os procedimentos administrativos associados a iniciativas empresariais, nomeadamente através da designação de um gestor para cada processo.

Vamos criar e apoiar uma incubadora de empresas com projetos de responsabilidade social, que assegure aos mesmos o alojamento de competências e atividades complementares, nomeadamente apoio técnico e ligação a redes e especialistas.

Vamos incentivar o comércio local e os equipamentos culturais da cidade a alargarem horários e a modernizarem a oferta, em benefício de quem cá vive e trabalha e de quem nos visita.

Não tenhamos dúvidas: quando falamos de dinamismo económico, quando pensamos em regeneração urbana, temos de falar de turismo. O turismo é um dos principais motores do crescimento económico que estamos a assistir em Portugal.

Com 20 quilómetros de costa, vamos certamente conseguir colocar Almada como ponto incontornável no mapa do turismo da região.

Ao turismo religioso, temos de acrescentar cada vez mais o turismo gastronómico e a atração dos praticantes nacionais e internacionais de surf.

Aqui, Costa Todo o Ano é uma nova marca a consolidar, para a qual vão ser mobilizados os setores da restauração, da hotelaria e dos desportos náuticos.



A Câmara vai fazer a parte que lhe compete: quer na mobilização dos agentes económicos e sociais, quer na execução das obras de reabilitação e requalificação que se impõem, desde logo Rua dos Pescadores, nas entradas da Costa da Caparica e nas ciclovias de ligação da Trafaria à Costa.

Esta dinâmica de regeneração da Costa deve chegar ao Porto Brandão, ao Ginjal, às ligações em modos suaves de Cacilhas à Trafaria, a Cacilhas, onde temos de relocalizar o terminal dos autocarros, ou ao Presídio da Trafaria, tornando-o um equipamento que inclua funções destinadas à cultura, artes e turismo, e valorize a envolvente urbana.

São projetos estruturantes. São compromissos deste executivo, que este orçamento e estas GOPs reafirmam.

São projetos acarinhados por todos os almadenses e que vão fazer mexer Almada.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Este orçamento e estas Grandes Opções são instrumentos de uma nova estratégia para Almada.

Uma vez debatidos e aprovados, chega o tempo de arregaçar as mangas, mobilizar as energias e agarrar as oportunidades que temos à nossa frente.

É o tempo da governação e da execução, com condições de estabilidade política, mas sempre com o dever de prestar contas e de dialogar com todos, sem exceção.

A democracia local não se resume aos resultados, também é um processo de transparência e participação.

A nossa estratégia é clara. Este orçamento e estas Grandes Opções são coerentes com essa estratégia.

Queremos posicionar Almada face aos desafios do futuro e queremos cuidar do quotidiano. Queremos criar as condições para os grandes projetos estratégicos avançarem, a mesmo tempo que somos capazes de deixar sementes e de cuidar daquilo que melhora a qualidade de vida dos almadenses.

Em vez de promessa adiada, Almada quer ser uma promessa que se cumpre.

Almada quer e Almada pode ser uma terra de oportunidades para todos.

Almada, Concelho Aberto. Aberto aos cidadãos, aberto às empresas, aberto ao Tejo e ao Mundo.

Viva Almada!

6.1.2 - Seguidamente foram apresentadas as propostas das Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2018 e do Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018 pelo Sr. Vereador Miguel Salvado.

O Sr. Vereador Miguel Salvado:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente da Junta da Charneca, obrigado, como nosso anfitrião.

Em outubro de 2017, iniciou-se um novo ciclo autárquico em Almada. O povo soberano e democraticamente, optou por uma nova equipa de gestão autárquica, com um projeto e visão de desenvolvimento diferente da existente até então.

O nosso compromisso com os almadenses é de manter e valorizar a água como bem público essencial de gestão municipalizada sempre focada numa perspetiva de excelência.

Estamos focados diariamente na abrangência do serviço que prestamos, nomeadamente na qualidade da água que consumimos, mas também no tratamento das águas residuais.

O nosso enfoque será sempre a excelência de todo o ciclo urbano da água. Porém, para este desígnio, apostamos na excelência dos nossos trabalhadores e suas condições de trabalho.

Trabalharemos empenhadamente, todos os dias, para os Almadenses.

As Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada para o primeiro ano do mandato autárquico 2017-2021, encontram-se estruturas segundo três linhas de orientação estratégica: garantir a satisfação das necessidades dos utentes; sustentabilidade da organização e sustentabilidade ambiental. O documento inclui também o plano plurianual de investimentos e o orçamento.

No ano 2018, assumiremos o compromisso de concretizar diversas atividades e projetos de inovação, dos quais, eu destacaria apenas agora alguns, sendo que os restantes estão elencados no próprio documento, que foi distribuído, aprovado em sessão de Câmara e distribuído também aos Senhores Deputados:

Prosseguir as ações de gestão do aquífero e assegurar a captação, tratamento, adução e distribuição de água à população de forma eficiente.

Garantir a manutenção dos equipamentos e infraestruturas necessárias às operações de abastecimento de água, em alta, ao Município.

Prosseguir a ampliação das áreas da rede de distribuição monitorizadas pelo Projeto de zonas de medição e controlo de modo a otimizar cada vez mais a gestão da rede e diminuir as perdas de água.

Promover as melhores práticas na operação e manutenção e no consumo de água atendendo particularmente às condições de seca prolongada.



Promover a ligação ao meio científico e universitário, estabelecendo parcerias para o desenvolvimento de projetos de investigação nacionais e internacionais, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos SMAS.

Adotar as melhores práticas no sentido de reforçar a prevenção de eventuais consequências associadas ao ciclo urbano da água, e muito em particular no 2º Torrão, sempre articulação com a Câmara Municipal de Almada.

Garantir a qualidade dos serviços e da segurança da água, nomeadamente com a execução do Programa de Controlo da Qualidade da Água, que é feito diariamente.

Promover a efetivação da ligação das redes prediais de saneamento à rede pública disponível, nos locais onde ainda hoje, esse saneamento não se encontra totalmente ligado.

Assegurar o estudo geral do sistema adutor no Concelho de Almada, essencial para definir o plano de substituição de condutas adutoras, em fim de vida, incorporando também neste estudo a necessidade de eficiência energética.

Prosseguir os grandes investimentos na reabilitação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais em diversas zonas do Concelho.

Dar particular atenção aos projetos de Almada Nascente e do Cais do Ginjal, que terão grande implicação ao nível das infraestruturas a projetar, nomeadamente as novas origens do próprio abastecimento, reservatórios e adutoras de água, bem como à adaptação e a própria ampliação da ETAR, (se assim for necessário, porque provavelmente será por causa da amplitude do próprio projeto da Margueira), da ETAR da Mutela.

Promover o estudo da futura localização do polo de abastecimento da Aroeira, um complexo que tem várias valências, desde furos, reservatórios, neste caso, um apoiado e aéreo, e que é algo que importa muito e em particular a esta Freguesia. Porque é necessário que os SMAS acautelem o crescimento que a Freguesia também tem, principalmente em certas zonas específicas, para que também nessas zonas não falte a água, e tenha a pressão necessária, para que todos no Concelho tenham a mesma qualidade de serviço. E isso é uma grande preocupação que nós desde do primeiro dia tivemos, e muito em particular com a zona sul do Concelho, mas muito em particular com diversas áreas da Freguesia da Charneca de Caparica, e algumas áreas da Sobreda.

Promover o estudo sobre a localização das infraestruturas da rede adutora da Estrada Nacional 10.1, com vista ao seu reposicionamento gradual, para que possamos também juntamente com a Câmara Municipal, rapidamente intervir naquela via, e poder também requalificar a via, que não depende só, da Câmara



pavimentar e arranjar a via, mas depende também muito dos SMAS, por causa de toda a infraestrutura que se encontra lá enterrada e que é vital para o sistema.

Promover e articular entre a Câmara Municipal e os SMAS as intervenções em infraestruturas, no sentido de garantir os menores impactos para o cidadão e a otimização de meios de intervenção.

Já iniciamos, e já estamos a trabalhar na concessão e no planeamento do futuro museu dos SMAS. Queremos dar continuidade ao plano de substituição dos grupos de eletrobombas, para as estações elevatórias de águas residuais, para aumentar também a sua eficácia.

Assegurar informação adequada a todos os utentes sobre os serviços disponibilizados pelo SMAS de Almada, nas diversas plataformas.

Assegurar a análise, o tratamento e a resposta adequada às reclamações e sugestões apresentadas pelos munícipes.

Continuar as ações de melhoria contínua deste serviço público prestado, através da manutenção das certificações atribuídas pela Associação Portuguesa de Certificação, no âmbito do Sistema de Gestão Integrado.

Gostaria também de transmitir que, neste momento, já conseguimos também uma nova certificação que tem a ver com a questão da segurança da água, e que foi obtida muito recentemente.

Proceder à aplicação do Plano para a Igualdade e Igualdade de Género e dos princípios que o mesmo promove aderindo também à rede social de Almada.

Queremos promover e continuar cada vez mais o apoio social, e a proposta que deixamos é também a criação de um fundo social para a água inserido na própria orgânica dos SMAS, visando garantir o direito à água como bem essencial à vida, e principalmente em situações de carência socioeconómicas, perfeitamente identificadas. Situações essas que depois posteriormente possam ser acompanhadas também pelos serviços da Câmara Municipal de Almada, com responsabilidades nessa área.

Prosseguir as obras de beneficiação das estações de tratamento das águas residuais, Quinta da Bomba, Valdeão, Portinho da Costa e Mutela.

No âmbito da gestão dos recursos humanos, estamos na implementação das decisões decorrentes do processo de descongelamento das carreiras na Administração Pública e do Portal do Trabalhador, e a identificação das necessidades de formação e qualificação. Daremos seguimento ao reforço das equipas de trabalho e à capacidade de resposta dos SMAS, assegurando o preenchimento dos postos de trabalho previstos em Mapa de Pessoal.



Algo que fomos surpreendidos no início do Mandato, porque desconhecíamos que há cinco anos os trabalhadores dos SMAS não tinham uma avaliação como era devido, e como tal, queremos rapidamente, apesar de não ser responsabilidade deste atual Conselho de Administração, mas queremos ser parte da solução, e queremos rapidamente regularizar o processo do sistema de avaliação do desempenho dos serviços da Administração Pública, SIADAP, para garantir os direitos dos trabalhadores e assegurar a normal progressão das carreiras. É algo que não acontecia, porque há cinco anos que os funcionários dos SMAS não têm uma avaliação homologada, nós herdamos esse dossier, queremos resolvê-lo juntamente com os trabalhadores, eles sabem disso, isso tem-lhes sido dito reiteradamente, e queremos rapidamente e de uma forma eficiente rapidamente resolver isto, e imediatamente este processo entrar em velocidade cruzado, e otimizar e preparar já o biénio que está a decorrer de 2017-2108.

Implementar o Projeto de Telemetria e Balanço Hídrico, processo esse que já começou, mas queremos aprofundá-lo na área piloto da Herdade da Aroeira, permitirá não só uma faturação mais rigorosa, mas principalmente, uma melhoria na gestão da água, que é como todos sabem, um bem essencial, e que nos permite através deste processo um diagnóstico mais exato das situações anómalas do dia a dia.

Prosseguir o desenvolvimento de ações de sensibilização para as questões da água e do tratamento de águas residuais.

Queremos continuar e aumentar o impacto do programa Beber Água da Torneira, aprofundando a relação com todas as partes interessadas. Posso-vos dizer que hoje aqui não estamos todos a beber água da torneira, mas na próxima Assembleia Municipal, já tenho a promessa que estarão cá os jarros e os copos, que hoje já foram distribuídos aos serviços da Assembleia Municipal, para que possamos também aqui beber dessa água da torneira de excelente qualidade que temos em Almada.

Prosseguir o Projeto Ambiental ARUT – Reutilização da Água Residual Urbana Tratada, integrando o arranque do novo sistema de desinfecção com processo de Ultra-Filtração, que já existe na ETAR do Valdeão, e a disponibilidade desta nova origem de água, obviamente tratada e com todas as condições de segurança, bem como o encaminhamento das lamas, para reaproveitamento adequado, no âmbito das boas práticas ambientais.

Analisar as conclusões e planear e desenvolver as ações resultantes de um projeto fundamental que é o IAFLUI, que é a Iniciativa Nacional para o Controlo de Afluências Indevidas, nas redes de drenagem de águas residuais e pluviais.

Continuar a participar e aprofundar os trabalhos nos projetos desenvolvidos pelo LNEC e por outras entidades, onde serão prosseguidos os objetivos específicos de avaliação e melhoria do desempenho de todo o nosso sistema em termos de eficiência, fiabilidade, resiliência, eficiência energética, consumo de



reagentes, gestão de lamas e valorização dos recursos, água, energia e fósforo, que é um componente muito importante que podemos reaproveitar e vender e inclusive, ser uma receita adicional para o próprio SMAS de Almada.

Senhores Deputados, Senhores Vereadores, caros Múncipes, queremos continuar a promover a excelência da água em Almada e a excelência do tratamento de águas residuais. Tendo um serviço público, municipal e de excelência. Foi essa a nossa bandeira desde o início deste mandato, é este o princípio que rege este Executivo, e assim queremos continuar durante estes próximos quatro anos.

Os SMAS de Almada, entidade com autonomia administrativa e financeira, apresentam para o exercício de 2018, um orçamento global de 31.594.152,18 (trinta e um milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, cento e cinquenta e dois, e dezoito) euros.

Para terminar.

O equilíbrio financeiro será mantido com uma receita própria de 24.723.152,18 (vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e cinquenta e dois, e dezoito) euros, sendo de 24.477.740,51 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e setenta e sete, setecentos e quarenta, cinquenta e um) euros, a receita corrente é de 20.189.570,00 (vinte milhões, cento e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta) euros, a despesa corrente e um investimento previsto de 11.408.715,18 (onze milhões, quatrocentos e oito mil, setecentos e quinze e dezoito) euros, dos quais 3.157.085,18 (três milhões, cento e cinquenta e sete mil, oitenta e cinco e dezoito) euros, com financiamento definido e 8.251.630,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta) euros, com financiamento não definido.

Tendo presente os objetivos apresentados, os Serviços desenvolverão as ações e os projetos no âmbito das linhas de orientação estratégica que estão inumeradas em todo o documento.

Gostaria de deixar finalmente uma palavra, os SMAS de Almada são realmente uma empresa de excelência de sessenta e sete anos de história, que queremos perpetuar por muitos mais anos, e temos a certeza absoluta, que todos em Almada também apoiam e concordam com este nosso objetivo. Estarmos naturalmente disponíveis para qualquer questão.

Senhora Presidente, muito obrigado, cá estaremos em conjunto para trabalhar pelos SMAS de Almada.

6.1.3 – A proposta sobre o Mapa de Pessoal do Município para 2018 foi apresentada pela Sr.ª Vereadora Teodolinda Silveira.

A Sr.ª Vereadora Teodolinda Silveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



O Mapa de Pessoal para o ano de 2018, contém todos os postos de trabalho já preenchidos e a preencher, nas diversas modalidades de vínculo. De uma forma global, direi que estão previstos no Mapa de Pessoal para 2018, 1.927 (mil novecentos e vinte sete) postos de trabalho, dos quais 1788 (mil setecentos e oitenta e oito) já preenchidos, e 139 (cento e trinta e nove) a preencher. Dos 1788 (mil setecentos e oitenta e oito) abrangem contratos de trabalho por tempo indeterminado, comissões de serviço, mobilidade interna, contratos de trabalho a termo resolutivo incerto e contratos de trabalho a termo resolutivo certo. Os postos de trabalho a criar, os tais 139 (cento e trinta e nove) vão ser preenchidos com os concursos que estão em desenvolvimento, vários deles em fase já bastante adiantada, e com algumas necessidades supervenientes que possam surgir, nomeadamente aqueles que se prendem com os auxiliares de ação educativa das escolas, e os trabalhadores das necessidades sazonais da época balnear.

Diria que, este conjunto de postos de trabalho criados e a criar têm um orçamento previsto de 36.219.833 (trinta e seis milhões, duzentos e dezanove mil, oitocentos e trinta e três) euros, e estão acautelados neste aumento relativamente a 2017, o descongelamento das carreiras. Aproveito para saudar os trabalhadores do Departamento dos Recursos Humanos, que conseguiram, de facto, fazer a progressão logo em janeiro, de quinhentos trabalhadores, o que foi caso único na Península de Setúbal e no País. Também não foram muitos mais, mas de facto o trabalho foi desenvolvido de uma forma muito pragmática, muito cadenciada, e conseguiu-se de facto isso em janeiro, e por isso eu saúdo os trabalhadores deste Departamento. Acautela ainda, os concursos em desenvolvimento e acautela ainda o aumento do salário mínimo e um aumento nos encargos com a saúde que convém sempre acautelar nestas matérias.

Há aqui uma nota que eu gostaria de dar, porque foi aludida pelo Pedro Rebelo, concretamente, e era só para clarificar que dos postos a criar, se eles não chegarem e, eventualmente, não vão chegar para a regularização de todos os precários existentes, a própria Lei 112 de dezembro de 2017 acautela no artigo 6º, que, se esses lugares não chegarem, serão acrescentados automaticamente ao Mapa de Pessoal aqueles que forem necessários para a regularização dos trabalhadores precários. Portanto, não há aqui qualquer problema com o Mapa de Pessoal relativamente à regularização dos precários.

Portanto de uma forma muito global este é o panorama, estamos disponíveis para mais esclarecimentos que os Senhores Deputados entendam necessários.

6.1.4 – Usaram da palavra: Henrique Margarido (PS), Eva Borges (CDU), Manuel Braga (BE), Sandra Branco (PAN), Ana Luísa Carvalho (CDU), Ana Salvado (PS), Vanda Silva (PS), Sr. Presidente da União de Freguesias Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma (CDU), João Galdes (CDU), Carlos Revés (CDU), José Lourenço (CDU), Ivan Gonçalves (PS), Sílvia Sousa (PSD), Carlos Guedes (BE), Débora Rodrigues (PS), Maria Luís Albuquerque (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), o Sr. Vereador Miguel Salvado e a Sr.ª Presidente da Câmara.



6.1.4.1 – O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No que se refere às Opções do Plano e Orçamento de 2018.

A aposta do atual executivo camarário tem como pontos fortes deste Orçamento no “Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade” o seguinte:

No âmbito a “Valorização ambiental e biodiversidade” vai o executivo:

Acompanhar de forma sistemática e permanente a arborização no território, conservando, promovendo e renovação os espaços no território.

Efetuará um acompanhamento constante da qualidade do ar, estudo de odores que diminuam a qualidade da vida das pessoas de forma a poder corrigi-las com a maior brevidade

A ação do município passa pela defesa das comunidades biológicas e habitats de Almada, abrangendo flora e fauna.

Na defesa da biodiversidade vai o executivo avaliar a qualidade ambiental e microbiológica na zona do estuário do concelho de Almada.

Tendo em vista a sustentabilidade do impacto das atividades de pesca, vai monitorizar a pesca da xávega na zona costeira do concelho de Almada e seus impactos, e caracterizar as comunidades piscatórias locais dedicadas a esta atividade tendo como objetivo, a sua sustentabilidade.

Intervir com um plano de ações estratégicas para a gestão e redução do ruído no território, para melhoria da qualidade do ambiente acústico do concelho.

No que se refere aos Jardins e Espaços Verdes, vai o executivo promover a sua ocupação e dinamização com atividades lúdicas, desportivas, educativas, culturais e científicas.

Garantir a conservação de jardins públicos e jardins históricos, com base na gestão de proximidade e articulação com os vários utilizadores.

Melhorar a qualidade de vida no concelho, no respeito pela biodiversidade e dos ecossistemas, mas que possibilitem a atividade física, desportiva e o gozo da natureza.

No âmbito da “Agricultura Urbana e Economia Circular” vai o executivo:

Desenvolver um plano local de ação para a economia circular que promova o uso eficiente e a produtividade na utilização dos recursos, através de processos e modelos de negócio, geradores de emprego, assentes na desmatarização, reutilização, reciclagem e recuperação de materiais.



No que se refere à Sensibilização e Educação Ambiental vai o executivo;

Promover junto da comunidade, associações, instituições e empresas locais, dando particular relevo ao universo escolar.

Dinamizar com entidades e comunidade local que contempla a dinamização de ações em datas, como dia da árvore/floresta, dia da terra, dia da energia e dia do ambiente.

Promover programas e campanhas de sensibilização e educação ambiental, junto de todas as entidades com datas alusivas ao ambiente e sustentabilidade.

Desenvolver a campanha de sustentabilidade (Almada sustentável) abordando os temas como as alterações climáticas, limpeza urbana, reciclagem/recolha seletiva, direitos dos animais, valorização do espaço público, biodiversidade e consumo sustentável.

Desenvolver campanha de sensibilização específica dedicada à limpeza de praias e proteção do ecossistema dunar e litoral, intitulada “Almada, Palco do Verão” e associar à marca “Costa todo o ano”.

Operacionar a campanha europeia “Semana europeia da mobilidade”, sensibilizar dos munícipes para a utilização dos transportes públicos e bicicleta.

Realizar sessões e fóruns de participações temáticas, associados a projetos, estudo e campanhas, com ênfase a plataforma local climática.

No que se refere ao “Espaço Público, Qualidade de Vida Urbana” vai o executivo:

Conservar e valorizar em permanência o espaço público enquanto fator essencial para a qualidade de vida, incluindo toda a componente infraestrutural, arruamentos, iluminação, segurança e elementos verdes.

Projetos de requalificação e espaços infantis.

No que se refere à “Higiene Urbana e Salubridade” vai o executivo:

Reorganizar serviços, planear e implementar soluções e medidas de reforço da eficácia e eficiência das atividades da limpeza urbana, garantir que os serviços de higiene e limpeza urbana se realizam diariamente.

Assegurar o serviço de varredura manual e varredura mecânica de forma continua e ajustadas as necessidades de cada localidade.

Garantir a recolha dos resíduos urbanos do concelho, assegurando a mesma, de forma eficiente e com regularidade.

6.1.4.2 – A Sr.ª Deputada Municipal Eva Borges (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O documento aqui posto à consideração hoje foi alvo de uma leitura atenta pela CDU, e numa primeira abordagem, nós gostaríamos de fazer uma observação quanto à alteração formal do documento.

Sendo que se verifica um completo desmembramento dos antigos eixos prioritários de intervenção do Município e apresenta-se então uma enumeração das políticas que não se encontram unificadas na área de intervenção de modo a que, políticas com o mesmo âmbito se encontram dispersas ao longo do documento e como tal as perguntas que eu irei fazer, vão estar dispersas ao longo de vários pontos do documento.

Sendo que de uma maneira geral e vou fazer algumas perguntas em relação à educação, formação, juventude, cultura e saúde.

Primeiramente, Senhora Presidente, gostaríamos de saber como é que pretende desenvolver uma política de educação para a saúde nas escolas, e de que modo é que estas políticas seriam diferentes do atual programa de apoio à promoção de educação e para a saúde, atualmente desenvolvido pela DGS e pela Direção Geral de Educação. Por outro lado, uma vez que não vem referenciado no documento, gostaríamos de saber se não vai haver o funcionamento do Conselho Municipal de Almada, ou ainda de algumas plataformas, como a plataforma de Almada Cresce. Gostaríamos também de saber, como é que está a ser preparado o alargamento da rede de estabelecimentos do ensino para a diminuição das escolas a tempo parcial.

Num outro ponto, está referido que vai estudar e delinear, um sistema de incentivo a bolsas de estudo, e nós gostaríamos de saber como é que estas bolsas diferem do atual sistema de aferição de bolsas ao ensino de estudantes do Ensino Secundário, qual é que são as diferenças que pensam fazer.

Por outro lado, o que é que está programado, porque também não vem referido no documento, para o Teatro Estúdio António Assunção, e ainda para a Galeria Municipal de Arte do Município. E também no âmbito da Cultura e por fim, qual é que é a posição do Executivo, e qual é que é o ponto da situação, no geral, face ao projeto Museu Rogério Ribeiro.

Por outro lado, gostaríamos também de comentar que este documento é completamente desprovido de qualquer intercedência por parte do Município face ao Governo Central, porque isto é bastante importante e como nós sabemos Senhora Presidente, é pelo facto de o Município ter intercedido junto do Poder Central, nós temos o Hospital Garcia de Orta, temos um Tribunal em Almada e também temos o Polo da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Nós gostávamos de saber qual é que é a posição e porque é que em nenhuma página deste documento vem referida nenhuma intercedência, para a construção por exemplo, dos novos centros de saúde do Feijó, de Cacilhas, da Cova da Piedade, da Costa, ou ainda porque



é que não existe nenhuma exigência para o alargamento das escolas do ensino secundário, por exemplo, na freguesia na qual hoje nos encontramos, aqui na Charneca de Caparica e ainda na Costa da Caparica. Ou ainda, a construção, de um pavilhão desportivo na Escola Francisco Simões. E por fim, e passo a citar: porque é que não existe nenhuma exigência de finalização de obras na Escola Secundária do Monte de Caparica, sendo que a citação que eu fiz, apresentava-se no seu programa, e porque é que não existe nenhuma referência a isto e qual é que é a nossa situação.

Por fim, concluímos, Senhora Presidente, se este é o novo relacionamento que o Município quer ter com o Governo Central, é um relacionamento que nós à partida repudiamos, porque está a ser completamente submisso dos interesses dos almadenses para outros interesses que não são de certo os prioritários.

6.1.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As Opções do Plano e Orçamento que se encontram aqui em discussão para o ano de 2018, substantivam-se num documento que não surpreende, que mantém em linhas gerais as políticas desenvolvidas no Concelho ao longo dos últimos anos e que, tanto em forma, como em conteúdo, não promove qualquer tipo de disrupção face ao passado:

- Não existe qualquer tipo de priorização explícita das centenas de medidas e intenções sumariamente descritas.
- Não existem qualquer tipo de plano estratégico detalhado sobre como se promoverá a sua implementação.
- Não é possível antecipar de que forma estas medidas poderão ser materializadas em benefício dos almadenses.

A surpresa, no entanto, deverá ser apenas relativa, uma vez que o PS, ao longo dos últimos anos sempre se mostrou disponível para viabilizar tanto os orçamentos, como as contas de gerência que agora procura diabolizar e elevar a constrangimento maior deste orçamento municipal.

Mas olhemos para os números e para o que estes podem significar para os Almadenses ao longo de 2018:

- Este é um orçamento que se cifra em €M90,2 o que representa um crescimento de cerca de 4,4% ao originalmente apresentado para 2017, mas que evidencia desequilíbrios presentes e potencialmente futuros que importa esclarecer e discutir, em particular sobre a capacidade de o município investir estruturalmente nas suas gentes.



- Este crescimento, tal como seria de esperar, é fortemente suportado pelos próprios Almadenses, sobretudo por via dos Impostos Diretos, que sobem mais de 8,7% face ao orçamentado no ano passado (um aumento de cerca de €M3,5)
 - Todavia, ainda ao nível das receitas, e num contexto em que as palavras "Otimizar", "Melhorar" e "Operacionalizar" não são poupadas, e em que o equilíbrio orçamental é assumido como primado de ação, será importante perceber o motivo pelo qual o esforço financeiro para cobrar receitas se mantém inalterado em torno do € 670.000.
 - Do lado da despesa, é verdade que as despesas com o pessoal têm vindo a crescer significativamente ao longo dos últimos anos mas não nos podemos esquecer de que tal apenas foi possível com o aval desta mesma Assembleia e com o propósito último de assegurar um cada vez mais diversificado leque de serviços colocados à disposição dos munícipes: mais museus, mais equipamentos de lazer, mais espaços culturais, mais espaços verdes, tudo isto suportado com cada vez mais qualidade por trabalhadores da câmara que agora são apontados como causa maior de desequilíbrio financeiro.
- O Bloco de Esquerda sabe que não é este o intuito das palavras do executivo municipal, todos estamos cientes de que os serviços municipais são assegurados por profissionais dedicados e comprometidos com os Almadenses, saudamos inclusivamente medidas que se encontram inscritas no plano para este ano e que corrigem situações que consideramos incompreensíveis nos dias de hoje... mas não podemos deixar de sublinhar a certeza de que o crescimento em 7% das despesas com o pessoal entre 2010 e 2017 e de 14,7% só este ano devolveram, devolvem e seguramente devolverão um retorno muito maior em receitas e em desenvolvimento para o concelho.
- Igualmente preocupante no contexto laboral da Câmara é o crescimento em mais de 62% das despesas com pessoal contratado a termo que, desta forma, passam a representar um esforço financeiro na ordem dos €615000... esta métrica dificilmente pode ser compatível com os princípios de qualificação e dignificação a que tanto se alude ao longo do orçamento.
 - Estranhámos também, que num contexto em que se alude a um reforço da participação dos cidadãos nos desígnios do município e em que se veicula um discurso de estruturação das pontes entre os diferentes tecidos sociais do concelho e os seus eleitos, as Opções Participativas nos bairros camarários vejam as verbas que se lhe encontram destinadas cortadas em 41,6€ e, mais grave, nem sequer atinjam as verbas que no ano passado se encontravam previstas.

O Bloco de Esquerda não compreende o motivo pelo qual se amputa a voz destes tecidos sociais que são dos mais frágeis no nosso município, o que apenas vem reforçar a incapacidade de o município assegurar



efetivas políticas de inclusão (as poucas que têm existido) que promovam mais do que meros efeitos paliativos.

- O orçamento para 2018 assume como grande racional de atuação, o gradual reequilíbrio das contas, dos saldos (sobretudo o corrente) e o regresso aos lucros (como se tal fosse sinónimo de boa governança e de melhor satisfação das necessidades dos Almadenses), mas a este respeito existem rúbricas cujas verbas inscritas não podem deixar de suscitar reservas:

- Por que motivo, as despesas correntes afetas a "Transportes" aumentam mais de 102%, passando agora a representar potencialmente €511 000?
- Por que motivo as verbas afetas a "Estudos, pareceres, projetos e consultoria" são alavancadas em 31,7% face ao orçamentado no ano anterior, cifrando-se agora em mais de €412 000?
- Porque motivo o total das rúbricas "Assistência Técnica" e "outros Trabalhos Especializados" aumentam mais de 7,8% ascendendo agora a mais de €M5,8?
- Porque motivo o valor inscrito em subsídios é reforçado em mais €100 000' o que representa um acréscimo de perto de 64€ face ao ano anterior?

Outra das palavras-chave deste orçamento é a transparência... no entanto, o volume de verbas que se encontram inscritas em rúbricas que em nada são transparentes ("Outros", "Outros Trabalhos Especializados", "Outras Transferências Correntes", "Outros abonos em numerário ou espécie") ascende a cerca de €M15,6 (ou seja, 17,3% das despesas totais), facto que se reveste de relevância acrescida, uma vez que tal se traduz num aumento de perto de 2% deste tipo de despesas opacas.

Mas esta falta de transparência é ainda mais preocupante quando se atenta apenas às despesas correntes, em que o valor global afeto a rúbricas "Outras" se situa nos €M12,7, o que substantiva um aumento de 16,9% face ao originalmente orçamentado para 2017, nada justifica este peso orçamental (mesmo quando a lógica de classificação é exclusivamente económica), sobretudo quando são inscritas (e bem) diferentes rúbricas com valores substancialmente inferiores a estes.

Este é efetivamente um orçamento de contenção, ao nível de ideias, de investimento (uma vez que as aquisições de bens de capital caem cerca de 6%), de novas oportunidades para o município, mas existem aspetos positivos que o Bloco de Esquerda não pode deixar de referir:

- Não podemos deixar de considerar como positivo o aumento de verbas (em cerca de 6%) destinadas a Apoio Alimentar, facto de extrema relevância e que beneficiará, sem dúvida, centenas de famílias.
- Igualmente positiva é a renovada aposta que este Orçamento faz na promoção da freguesia da Costa da Caparica enquanto força motriz do desenvolvimento turístico e socioeconómico do município... é uma



iniciativa que merece destaque, dado encapsular num mesmo programa todo um conjunto diversificado de atividades, mas cuja orçamentação parece encontrar-se excessivamente orientada para a concetualização e a planificação...

- Também importa sublinhar o maior investimento previsto para a Reparação e Beneficiação de Habitação, que passa de € 300 000, para mais de um milhão de euros (um crescimento de 128%) que esperamos seja um passo determinante (apesar de considerarmos ainda insuficiente) para uma maior dignificação das condições de vida de centenas de famílias.

Mas estes aspetos positivos, não obstante serem relevantes, não escondem outros tantos que impactam negativamente na apreciação do plano de atuação do município para o ano que agora se inicia:

- Como poderemos considerar um investimento em Formação, de cerca de €41 por trabalhador da Câmara Municipal, como minimamente suficiente para garantir uma real melhoria da qualificação destes em contexto laboral?

- Como poderemos considerar os € 20 000 inscritos nas GOP, como um montante satisfatório para garantir todo um crescente conjunto de atividades necessárias para a Valorização Ambiental e de Biodiversidade?

- Por que motivo não se encontram quaisquer verbas inscritas em sede de GOP para o Bem-estar e defesa dos animais?

Senhoras e Senhores Deputados, caros munícipes, este é um orçamento que se pretende assumir como de transição, mas que não o consegue ser... este é um orçamento que procura justificar as suas fragilidades, com os erros do passado, mas que não tem legitimidade para o fazer... este é, apesar de tudo, um orçamento que abre algumas janelas de oportunidade para o futuro, que importa reconhecer.

Neste sentido, por existir ainda muito por fazer no nosso concelho e por não vermos parte significativa destas necessidades sequer consideradas no documento em análise, o Bloco de Esquerda não o poderá votar favoravelmente.

6.1.4.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Sandra Branco (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação aos documentos que temos hoje para discussão e votação, queremos referir que, apesar de existirem alguns aspetos menos positivos com os quais não concordamos, constatamos que estão incluídas muitas medidas que julgamos importantes, na sua maior parte oriundas de planos anteriores, outras que se revestem de um carácter inovador, assim como algumas propostas do PAN. Assim sendo, e uma vez realizada uma análise global dos documentos, o PAN decidiu votar favoravelmente o orçamento, dando assim um voto de confiança ao executivo.



Gostávamos então de referir algumas das medidas e programas que julgamos importantes e que nos levam a acompanhar favoravelmente o executivo.

Na área do Planeamento e de uma forma transversal, realçamos a continuação e execução de alguns planos principalmente nas áreas da:

Solidariedade, inclusão e habitação,

Transportes, mobilidade e acessibilidades,

Ambiente, espaço público e espaços verdes, clima e sustentabilidade,

Plano Municipal para a Igualdade de Género,

Plano Municipal de Emergência Social, nomeadamente no apoio previsto aos cidadãos que se encontram em situação de sem-abrigo,

Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género,

Plano Municipal de Integração de Migrantes,

Plano de Promoção das Acessibilidades,

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil,

Plano de Mobilidade Elétrica,

Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos,

Plano Local de Ação para a Economia Circular,

Plano de Ação Municipal para a Energia Sustentável,

Plano de Ação Local para a Biodiversidade, entre outros.

Outras medidas propostas que consideramos muito importantes e que gostaríamos de ver executadas têm a ver com:

O realojamento de famílias em situações de significativa vulnerabilidade – o PAN, por razões óbvias, espera que este processo de realojamento seja o mais célere possível de forma a possibilitar rapidamente as devidas condições de vida dignas a estas famílias;

Em segundo lugar os Orçamentos Participativos. Aqui temos uma dúvida que talvez possa ser esclarecida: temos, por um lado, a Implementação do Orçamento Participativo Jovem, mas relativamente ao Orçamento Participativo ficámos com a dúvida se será efetivamente lançado ainda durante este ano. Parece-nos, podendo não estar corretos, que durante 2018 os trabalhos previstos terão a ver apenas com a preparação e divulgação do mesmo,



Em terceiro lugar a colaboração e cooperação com a Rede Social e o Movimento Associativo,

Vemos também com agrado a dotação de verbas para formação profissional dos trabalhadores da autarquia no sentido da sua valorização profissional,

Outra medida importante é o desenvolvimento de um programa de reabilitação urbana e dos equipamentos municipais que garanta a acessibilidade para todos em articulação com o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades. Sabemos que já está a ser pensado, nomeadamente ao nível de equipamentos desportivos, mas esperamos que a abrangência, ainda que faseada, seja a totalidade dos equipamentos municipais. Em relação a esta medida gostava de referir a disponibilização do PAN, na minha pessoa, para apoiar a implementação deste programa no que os serviços e respetivos dirigentes considerarem oportuno e uma mais valia,

Outra medida – O acompanhamento e assistência nos processos de candidatura dos Centros de Apoio à Vida Independente. O PAN Almada defende sem qualquer tipo de reservas o direito à Vida Independente das pessoas com deficiência ao invés da institucionalização e vê com satisfação esta vontade de acompanhamento e assistência aos projetos CAVI por parte da CM;

Depois temos uma série de medidas, que não discriminaremos exaustivamente, e que merecem o apoio do PAN como é o caso da:

Dinamização dos mercados municipais,

Programas e Campanhas de sensibilização e educação ambiental,

Ações de sensibilização para a redução de resíduos,

Ampliação da Rede de Hortas Municipais,

Monitorização da biodiversidade,

Identificação de áreas prioritárias de intervenção para mitigação das pressões e ameaças à diversidade ecológica,

Monitorização das atividades da pesca com Xávega na zona costeira de Almada,

Continuação da participação na Rede Nacional de Arrojamentos – aqui gostaríamos de propor a divulgação dos dados recolhidos através desta participação de forma a potenciar a sensibilização e eventual apoio que poderá existir por parte dos cidadãos.

Depois, e de uma maneira geral, acolhemos com agrado as ações propostas ao nível do Bem Estar e Proteção dos Animais.



Convém referir que aqui as medidas apresentadas estão direcionadas exclusivamente para cães e gatos e não para outros animais. O PAN tem uma visão mais alargada sobre esta questão do Bem-Estar e Proteção DOS Animais, mas parece-nos existir aqui um bom ponto de partida para o desenvolvimento destas questões.

De referir, no entanto, que consideramos que devem ser implementadas outras medidas complementares às apresentadas como é o caso:

Da aplicação massiva de programas CED (captura, esterilização e devolução)

A criação de abrigos para as colónias de gatos existentes em estreita colaboração com os seus cuidadores (sejam associações ou particulares), entre outras que teremos oportunidade de partilhar oportunamente com o executivo.

Passando finalmente aos aspetos menos positivos gostávamos de realçar os seguintes:

em primeiro lugar, vemos que relativamente à rede clicável do concelho de Almada apenas estão previstos estudos e elaboração de projetos para concretização futura. Ou seja, parece-nos da leitura dos documentos que não haverá lugar à expansão da rede durante este ano o que não nos parece muito positivo,

Apesar da vontade política expressa em acabar com o uso de glifosato, o limite temporal previsto para o município deixar de recorrer à utilização deste químico – final de 2019 – parece-nos demasiado extenso (6.2.18 – p.50)

Por outro lado, e apesar da compreensível necessidade de realização de estudos e procura das melhores práticas com vista à criação de um novo Centro de Recolha Oficial de Animais – Canil/Gatil Municipal, esperamos que estes estudos estejam efetivamente concluídos até ao final de 2018 e que seja incluída a verba para a sua construção no próximo orçamento. Todos sabemos que o Canil de Almada não tem condições físicas para a recolha da quantidade de animais que necessitam de acolhimento e é uma questão que necessita de resolução rápida;

Outra questão que não pode merecer o apoio do PAN - e tem a ver com uma questão de princípio e com o que referi anteriormente relativamente à visão mais alargada do bem-estar e proteção dos animais – é o destaque dado pelo executivo à Arte Xávega;

É por todos sabido da enorme pressão que as atividades pesqueiras exercem nos ecossistemas marinhos e não podemos acompanhar as medidas de proteção e valorização dadas a estas atividades. E atenção que estamos a falar das atividades propriamente ditas e não das pessoas. O que defendemos é o apoio no sentido da reconversão profissional dos trabalhadores destas áreas, por exemplo para atividades



turísticas onde pudessem utilizar os seus vastos conhecimentos não colocando em causa a sustentabilidade das espécies nem dos ecossistemas marinhos.

Bem sabemos que estas iniciativas de apoio e valorização da Arte Xávega estavam inscritas no programa do PS e estão a cumprir o prometido, mas o PAN não pode acompanhar o executivo neste aspeto.

Como também não acompanha nenhuma forma de exploração animal. E neste sentido, não podemos deixar de referir que ficamos com dúvidas substanciais relativamente às políticas de bem-estar animal que este executivo pretende seguir quando nas vésperas da votação do orçamento nos deparamos com a instalação de um circo com animais no concelho de Almada.

Depois de tanto tempo sem a existência deste tipo de circos no nosso concelho, se se confirmar a utilização de animais – como parece que já é certo -, o que o executivo está a transmitir às pessoas é um claro retrocesso nas políticas de bem-estar e defesa dos animais no concelho de Almada o qual, obviamente, não merece o nosso apoio, muito pelo contrário.

6.1.4.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pretendemos colocar algumas questões que gostaríamos de ver clarificadas, embora muitas outras nos surgissem, mas o tempo não o permite.

Concretamente, na área da intervenção social ativa e preventiva, no ponto 1.4.6, que refere: “Incentivar a criação de centros especializados em saúde mental e de espaços de atendimento e aconselhamento às famílias”. Gostaríamos de perceber, com que parceiros? Se estes parceiros foram abordados? E que recursos estão previstos ou foram previstos, para a criação desta resposta?

Depois, relativamente ao apoio à revisão ao associativismo e terceiro setor, o ponto 1.2.1., “Avaliar e proceder à revisão do Regulamento Municipal de Apoio às Associações, Coletividades e IPSS, passando a incluir de forma expressa a aplicação de modelos de contratualização por resultados e avaliação e auditoria das condições acordadas aplicáveis a todas as áreas de atuação”, quem irá definir estes resultados a atingir? Quem é que os irá avaliar? Quem irá efetuar a auditoria? E se é da competência da Autarquia, este tipo de fiscalização tão apertada?

Na área da habitação ainda, o ponto 1.1.6, que prevê atuar junto dos cidadãos do 2º Torrão, Cova do Vapor e Terras da Costa, para efeitos de caracterização de situações de pobreza e carência extrema. Gostaria de saber se não existem estudos de caracterização atualizados, realizados pelas instituições que intervém há tantos anos no terreno, nomeadamente a Misericórdia de Almada. Quem é que irá realizar esta caracterização? E qual é que é o objetivo concreto desta realização?



6.1.4.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, permita-me que a cumprimente, é a primeira vez que me dirijo a si, e à sua equipa, e portanto, queria deixar felicidades para o cumprimento deste mandato, e para este ciclo autárquico, que já se iniciou há algum tempo, mas que, precisamente porque estamos em sede de aprovação das Opções do Plano e do Orçamento de 2018, e é precisamente com este documento que se delinea, e que se marca a mudança, e que sinalizam as mudanças que sufragaram em outubro do ano passado.

Eu não tenho nada preparado escrito, queria apenas identificar algumas medidas, e algumas matérias, que me parecem ser o resultado de uma posição de coragem, e de admissão de alguns assuntos, que até então eram ou não tratados, ou esquecidos, ou voluntariamente obliterados da discussão pública e da discussão política em sede desta Assembleia, e de outras situações.

Não é por acaso que nos surge abordado o 2º Torrão e as Terras da Costa, na segunda página deste documento. E não é por acaso porque precisamente ao longo, e este é o terceiro mandato em que tenho o prazer de pertencer a esta Assembleia Municipal, devo ter ouvido ao longo destes nove anos, cinco minutos de discussão pública, nesta Assembleia sobre o 2º Torrão ou as Terras da Costa. Estar na segunda página de um documento e fazer parte do discurso de abertura da Presidente de Câmara, abordar o 2º Torrão é de uma extrema coragem, porque sejamos sinceros, ninguém está a prever, que em quatro anos se eliminem barracas, se realojem as centenas de pessoas que vivem em miséria social e em condições indignas há trinta anos. Apontar o dedo para esta realidade social que todos conhecemos, é ter a coragem de começar por algo, e não são as instituições e as IPSS que há anos rondam, e tentam, enfim, solucionar e mitigar algumas daquelas situações, que vão solucionar de facto aquela questão. É preciso um olhar político, é preciso contrariar a falsa ideia, de que caberá ao Governo Central, um dia ter dinheiro, para resolver de uma assentada só a situação habitacional, mas muito mais do que isso, daquelas famílias.

E, portanto, queria deixar aqui bem claro, que saúdo e que a bancada do Partido Socialista saúda a coragem em admitir a realidade social, confrangedora, em que famílias vivem há anos nestes dois bairros.

Depois, dois assuntos, que preenchem outro tipo de matéria política, e que há muito também é conversado, mas enfim, acabaria e acabava então por cair no vazio. Trata-se de regulamentos. Todos sabem para que servem regulamentos. Regulamentos significa ter regras. E as regras quando são conhecidas, enfim, agradam a uns, não agradam a outros, mas são regras, são transparentes, são conhecidas de todos, os Municípios têm a legitimidade para perguntar porquê e alguém lhes mostra que regras existem.



Ora bem, neste documento, está previsto regulamentar-se a atribuição dos fogos municipais. Vão me dizer, “sempre houve”, pois é, sempre houve legislação nacional, simplesmente o Executivo, executava e punha em cumprimento essas regras. Mas, é preciso ir mais longe, é preciso ter noção, até porque o Executivo conhece, e as instituições conhecem, a sua realidade, e, portanto, é preciso regulamentar efetivamente a quem se atribuem fogos municipais.

E dentro da mesma lógica, é preciso regulamentar algo que foi sempre uma atitude discricionária, dos Executivos anteriores, que é: como é que se atribui dinheiro, ao movimento associativo e às IPSS? Mais uma vez, ninguém sabia porquê a esta? Porquê àquela? Ninguém sabia porquê esta quantidade a este? Porquê esta quantidade àquela? Era consoante desse jeito, era consoante as circunstâncias políticas, mais apetecíveis, para o momento. Pois bem, regulamentar, colocar ao conhecimento de todos, deixar ao conhecimento de todos, as regras que estão previstas, para serem atribuídas às IPSS, é poder também definir uma estratégia social para o Concelho. E, eu perguntava à Senhora Presidente de Câmara, em que medida, estas regras também vão corresponder, aquelas que são as estratégias para o desenvolvimento social do Concelho. As IPSS e o Movimento Associativo, têm que obviamente ter uma visão, agregadora, e não é apenas do âmbito da rede social, que se consegue interagir, e que se consegue perceber, o que é que se quer atingir daqui a algum tempo. Só um órgão como uma Câmara, consegue ditar aqueles que são os resultados, que se querem atingir para daqui a dois anos, para daqui a quatro anos. E todos podem contribuir, para uma visão concertada, e para uma visão topdown desses problemas.

Para finalizar um outro tema, e eu aqui discordava daquilo que o colega da bancada do Bloco de Esquerda disse, a propósito deste documento não trazer nada de novo, e ser apenas um rol de continuidades. Se ler, e creio que terá lido, mas enfim, as perspetivas e as leituras são sempre também subjetivas, o capítulo relativo à cultura, mais de 50% do que aqui está, nunca existiu, nunca foi escrito, nunca esteve em perspetiva para ser desenvolvido no nosso Concelho.

E, queria saudar coisas tão simples, como, aproveitar aquilo que existe. Arte Xávega, património cultural e imaterial, desde que foi atribuído essa distinção, o que é que foi feito? Temos um Museu da Cidade, e temos equipamentos culturais, vários, construídos ao longo de décadas na cidade, eu um dia trouxe a esta Assembleia, e fiz uma pergunta ao Senhor Presidente, de como é que era justificável, que em três meses, trinta pessoas se tivessem deslocado a um museu municipal, trinta pessoas. Eu, quase que me arriscaria a dizer que mais metade das pessoas que aqui estão nunca terão ido ao Museu da Cidade. É preciso dignificar os espaços que temos, é preciso colocá-los fora desta esfera, é preciso aproveitar como disse, e bem, a Senhora Presidente de Câmara, toda a tendência e todo o fenómeno associado ao turismo. Temos muito património construído aqui, mas esse património, nunca foi aproveitado nas suas melhores condições.



Algo bastante inovador, como trazer um festival internacional de literatura para a infância. Este é apenas um dos muitos tópicos, se os Senhores Municípes tiverem interesse em ler, poderão ver qual é a diferença, e porque é que, enfim, houve um sentido de esperança, e um sentido de mudança no final do ano passado.

6.1.4.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Vanda Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Após três meses à frente dos destinos do município, três meses que foram certamente de análise, compreensão e identificação da situação do concelho, estamos hoje em condições de discutir e votar as Opções do Plano e Orçamento para 2018.

O documento agora apresentado resulta de um intenso trabalho de construção de uma proposta coerente e que correspondesse aos anseios da população Almadense.

É, portanto, com grande satisfação que vemos plasmadas, as principais preocupações dos cidadãos que depositaram no atual executivo toda a confiança numa mudança necessária, em prol de um concelho que olhe de frente para o FUTURO, apostando nas pessoas, nas mais valias dos recursos naturais, históricos e patrimoniais.

Contudo, um concelho que se pretende voltado para o FUTURO terá, necessariamente, de fazer uma forte aposta na Educação, na Qualificação e no conhecimento.

Um concelho voltado para o FUTURO terá obrigatoriamente de se adaptar às exigências científicas e de qualificação dos seus municípes, de modo a prepará-los para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Na construção deste documento, foi possível perceber uma forte intenção em promover esses aspetos, pelo que não vos tomarei muito tempo, com análises aprofundadas, salientando apenas dez medidas que dele emanam e que acreditamos virão a ter impactos muito relevantes:

Em 1º lugar, o forte empenho no combate ao insucesso através da articulação entre todos agentes educativos, no sentido de promover (com medidas concretas) o sucesso escolar que, no nosso Concelho, apresenta números preocupantes. (Sabemos que as qualificações/habilitações dos pais/mães são determinantes para o sucesso escolar das crianças pelo que se apresentam medidas no sentido da criação de um Plano Municipais de Promoção das Qualificação, Educação Permanente e Aprendizagens ao Longo da Vida);

2º O desenvolvimento de dinâmicas de trabalho e de projetos, com base na criação de um Projeto Educativo Municipal, envolvendo as comunidades no processo, numa perspetiva de consolidação do compromisso de tornar Almada uma VERDADEIRA CIDADE EDUCADORA;



3º A forte aposta na reabilitação, conservação e manutenção do parque escolar, baseada num plano eficaz, priorizando as obras de beneficiação do parque escolar. (Também neste domínio se verifica a preocupação com a criação de condições dos espaços físicos por forma a dar cumprimento à missão de garantir um acompanhamento social alargado).

4º A preocupação com o alargamento da rede, por forma a diminuir as escolas com regimes duplos, permitindo às famílias uma resposta às exigências do mercado de trabalho.

5º Garantir Transportes Escolares aos alunos, mitigando as desigualdades e os constrangimentos fruto de desajustes ao nível da cobertura territorial da rede de escola permitindo aos alunos o acesso a qualquer equipamento educativo;

6º O recurso aos mais experientes através da criação das Mentorias Intergeracionais, com as Universidades Séniores existentes no concelho, como mecanismo de combate ao insucesso dos alunos mais jovens e como medida de combate ao isolamento e solidão dos menos jovens;

7º A implementação do Prémio de Mérito Social e de Cidadania, promovendo o reconhecimento dos jovens que no nosso concelho se destaquem, não só pelos resultados académicos, mas pela intervenção na comunidade da qual fazem parte;

8º A preocupação com desenvolvimento, e implementação de uma política educativa concelhia, dirigida para a Promoção da Saúde e do bem-estar físico, através da alimentação saudável e da prática de atividade física e desportiva regular.

9º A integração das atividades de desporto escolar e de promoção das artes nas medidas de promoção do sucesso educativo. (Utilização e rentabilização dos vários equipamentos desportivos e culturais ao serviço das escolas, no sentido de promover e facilitar o acesso de todos à cultura e ao desporto contribuindo para um concelho verdadeiramente inclusivo).

10º Ao nível do Ensino Superior, um concelho onde existem diversas instituições (Públicas e Privadas) e que acolhe milhares de jovens oriundos de outros distritos, a promoção e criação de residências para estudantes, de modo a fixar os jovens e rejuvenescer o tecido social é uma necessidade urgente, contemplada também neste plano.

Todas as medidas anteriormente elencadas, bem como a globalidade da proposta para a área da educação, revelam um grande sentido de dever e uma busca incessante por garantir aos cidadãos Almadenses a equidade no acesso, na frequência e na prossecução de estudos, garantindo assim melhores qualificações e melhores condições empregabilidade. Face ao exposto, quero felicitar a Senhora Presidente de Câmara, Inês de Medeiros, pela coragem das propostas apresentadas, desejando a continuação de um bom trabalho.



6.1.4.8 – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma Presidente da União de Freguesias Laranjeiro Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.ª Presidente,

No ponto 10 da página 86 das Grandes Opções do Plano 2018 dedicado às “Freguesias” referem-se as linhas estratégicas de intervenção para as áreas das Junta e Uniões e Uniões de Junta do Concelho, na qual se manifesta a vontade de prosseguir uma política de descentralização de competências para estes órgãos do poder local, mediante a análise da execução dos protocolos estabelecidos e a sua adequação às necessidades das populações, referindo ainda que serão introduzidos mecanismos mais céleres e eficazes de fiscalização.

Sr.ª Presidente,

Como sabe o processo de extinção/agregação de Freguesias imposto pelo Governo PSD/CDS-PP mereceu por parte dos órgãos autárquicos deste concelho e suas populações consideradas manifestações de desagrado, tendo formalmente sido deliberadas posições públicas através destes quanto à vontade de manter as 11 Freguesias existentes em Almada com os seus respetivos órgãos executivo e deliberativo.

Perguntamos à Sr.ª Presidente: qual a posição que o Executivo da Câmara Municipal de Almada irá ter quando a esta matéria, considerando as recentes resoluções do Congresso da ANAFRE e o afirmado pelo Sr. Ministro da Administração Interna quanto à criação de uma lei-quadro para a reorganização administrativa territorial? Quais os mecanismos e modelos que pretende desenvolver quanto à avaliação da agregação/extinção de Freguesias, quando nos parece, pelo documento das Grandes Opções do Plano 2018 apresentado, que há um “silêncio” quanto a esta questão?

Sr.ª Presidente,

Explique-nos como pretende proceder ao tocante à análise da execução dos protocolos estabelecidos e a sua adequação às necessidades das populações? E quais serão os mecanismos mais céleres e eficazes de fiscalização, sem que seja posta em causa o princípio de autonomia consagrado na Constituição da República Portuguesa?

Sr.ª Presidente,

Faz sentido propormos a realização de intervenções nas Freguesias sem atempadamente abordarmos junto dos eleitos e populações a sua necessidade, benefícios e impacto nestes territórios?

Sr.ª Presidente,



E quanto às verbas. Esclareça se puder: para que competências estaremos a falar? Teremos mais competências com menos verbas disponibilizadas? Ou teremos já a assumir que as Freguesias vão ter competências sem que previamente exista a discussão e avaliação do que estas terão capacidade para efetivamente aceitar?

Pensamos nós, Sr.^a Presidente, que as competências deverão ser acompanhadas de meios materiais, técnicos, financeiros e humanos; pensamos nós que estes aspetos, Sr.^a Presidente, não estão claros nestas previsões orçamentais que nos apresenta, ou então estão “omissos”.

Esclareça-nos lá, Sr.^a Presidente.

Os autarcas eleitos e as populações estão disponíveis para dialogar e pensamos ser esse o caminho. Este assunto é por demais importante e sério para se resumir a uma questão programática. Devemos conhecer o território, sentir e compreender as suas verdadeiras necessidades, e, sobretudo, saber o que querem as nossas populações.

6.1.4.9 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente aos transportes, mobilidade e acessibilidades, a proposta que nos é presente afirma a intervenção municipal assente em três pilares essenciais:

- Enquanto "questão central" que importa "planear" de forma "integrada, complementar e inovadora";
- Na proteção dos interesses dos cidadãos nas renegociações dos contratos de concessão de transportes públicos e na fixação de novas carreiras;
- Na especial atenção e iniciativa para as "necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade no contexto da mobilidade em geral".

Centrados nestes três pilares deixamos algumas questões:

- 1 - Sobre a designada "Autoridade Municipal de Transportes", qual o estatuto pensa a maioria definir para esta "Autoridade Municipal de Transportes" e em que quadro geral de competências e atribuições está previsto que venha a intervir?
- 2 - Como pensa a maioria, no concreto, que o apoio ao desenvolvimento de estudos de bilhética e sistema tarifário, de iniciativa da AML se deverá orientar?
- 3 - Qual o real alcance e significado do enunciado acompanhamento do "estudo das fontes de financiamento dos Serviços de Transporte Público Rodoviário, incluindo a definição do modelo financeiro



a adotar, que salvguarde o interesse público e a qualidade e a capacidade de resposta do serviço de transporte público em autocarro a disponibilizar à população"?

4 - Relativamente ao alargamento do sistema de mobilidade inclusiva sobre o qual se pretende "desenvolver os estudos técnico-económicos para alargamento do sistema de mobilidade flexível às freguesias do concelho, e propor a sua futura integração em novos contratos de concessão", a pergunta óbvia diz respeito à parte final: pretende a maioria PS/PSD privatizar o sistema de mobilidade inclusiva no Concelho de Almada?

5. Relativamente à ECALMA, refere a proposta de GOP e Orçamento a intenção de "reforçar a missão da ECALMA ao nível do planeamento do trânsito, garantindo assim melhor articulação com os serviços municipais de mobilidade, maior eficácia na criação de respostas para os atuais constrangimentos experienciados pelos munícipes, e maior fluidez". A pergunta que deixamos é, face a formulação tão genérica, qual é o real sentido que a maioria pretende dar a este "reforço da missão da ECALMA"?

Para concluir, a CDU questiona a maioria sobre se o facto das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 conterem apenas uma linha de orientação puramente genérica relativa ao processo de recuperação e legalização de Áreas Urbanas de Génese Ilegal, vertida para o ponto 7.1.2.7 das GOP, traduz o reconhecimento implícito do excecional trabalho realizado a este nível pela gestão CDU em particular no anterior mandato, ou se, ao contrário, traduz uma opção clara pela menorização de um problema que entendemos ainda necessita de atenção muito substancial que justificaria, entende a CDU, uma atenção mais detalhada nas Opções do Plano para 2018.

6.1.4.10 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente, eu estava à espera que houvesse o máximo de intervenções, dado o nosso pouco tempo disponível, para poder responder de forma o mais aglomerada possível, sobretudo em áreas que são transversais, mas penso que já estão à espera de algumas das nossas respostas, permitam-me já algumas respostas às questões aqui colocadas.

De forma mais simples, quero dizer relativamente às preocupações expressas pela Senhora Deputada Ana Luísa relativamente ao regulamento dos apoios, e que depois também foi mencionado pela Senhora Deputada Ana Salvado; descansar a Senhora Deputada Ana Luísa, relativamente às regras. O regulamento atual começava por ter um nome bastante infeliz para aquele que era o seu objeto, e, portanto, havia de facto regras para aqueles que se candidatavam, mas não estavam definidas regras nenhuma para aqueles que decidiam. E, portanto, uma das questões que nos parece que é essencial, é que aqueles que se candidatam aos apoios, também saibam quais são as regras pelas quais os que decidem se vão reger. Quero desde já acalmá-la. Por outro lado, posso-lhe dar já informação, estamos a finalizar o primeiro



esboço desse regulamento, que seguirá, obviamente, as normas previstas para tudo o que é aprovação, a consulta a todos aqueles que devem ser consultados. E dizer que, por exemplo, alguns dos objetivos que poderão estar presentes são a relevância para o desenvolvimento local, nomeadamente, a oferta de novos serviços à comunidade, ou então, alargamento no âmbito da intervenção, ou então, por exemplo, a introdução de soluções que favoreçam a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, ou então, também serão majorados naquilo que será a avaliação final todos os projetos que vão ao encontro dos eixos prioritários que hoje mesmo, aqui, espero, aprovaremos, ou então, que outros que estarão expressos na abertura dessas candidaturas. De uma forma muito genérica e rápida, o que pretendemos, é, também, criar datas de abertura, tempos de avaliação, e datas de decisão. Para que todos, e sobretudo todos aqueles que se candidatam, as instituições, as coletividades, as IPSS, que se candidatam, saibam exatamente com o que é que podem contar e sobretudo quando podem contar, e isso é um fator essencial e nomeadamente, é um fator de transparência. De facto, a transparência, não pode ser apenas exigida aqueles que pedem apoio, também deve ser, e sobretudo aqueles que atribuem.

Por fim, qual é a legitimidade e qual é que é a competência da Câmara? Bom, a legitimidade é aquela subjacente ao facto de estarmos a gerir dinheiros públicos, e que todos estes apoios, são apoios dados com dinheiro público, e isso, obriga-nos a um rigor muito maior, e sobretudo um rigor na avaliação daquele que é o interesse público.

Relativamente a questões levantadas pelo Bloco de Esquerda, eu peço desculpa, foram muitas, portanto, não consigo, deixem-me dizer, genericamente, e lamentar, nós tivemos uma reunião da Comissão que antecedeu esta. É verdade que é muito mais extensa, mas detalhada na apresentação, concordo, mas também fiquei um bocado desiludida que ninguém tenha colocado a mais pequena questão. Aí não tínhamos limitações de tempo para responder. Faz parte do debate político, na altura ninguém colocou questões, colocam aqui, é verdade, tem outra dinâmica, está aqui público, mas também faz com que muitas vezes seja muito mais difícil responder em concreto às dúvidas que colocam.

Dito isto, quero só esclarecer que têm razão, também nos preocupam os montantes inscritos em rubricas “outros, “subsídios”, “pareceres”; isso foi uma realidade que também encontramos, muitas dessas verbas também já transitam de um ou outro, é estranho, mas há mesmo verbas em “outros” que transitam. O aumento também das verbas em estudos e pareceres, também se justificam, tal como foi aqui dito, nós vamos de facto lançar muitos planos, esses planos ainda não têm o seu orçamento final, e, portanto, é preciso ter uma verba para depois ser canalizada para um projeto em concreto devidamente identificado, e sim, é nosso objetivo, tornar mais transparente essa rubricas demasiado vagas. Portanto, era isso queria descansar apesar de tudo o Bloco de Esquerda, sobre essa questão.



Relativamente, às questões levantadas, e também não vou conseguir responder a todas, da Senhora Deputada Sandra Branco, de facto, e aqui também com toda a frontalidade, muitos dos planos que citou, são planos de continuidade, são planos que nós consideramos que são muito válidos, e que devem ser continuados. Não é por isso que não consideramos que nalguns casos também devem ser reformulados, ou até redirecionados. Temos aqui todos objetivos comuns, e até temos provavelmente mais convergências do que pensamos, podemos é ter grandes divergências a forma como tentamos chegar a esses objetivos, e temos definitivamente grandes divergências, e porque estamos em sede orçamental, com algumas opções gestonárias, que foram tomadas anteriormente, mas isto é assumido, tal como foi assumido anteriormente, que é assumido agora. Portanto, são opções de gestão, de facto, diferentes, isso aí sem duvida nenhuma.

Relativamente, ao orçamento participativo. Sim, tencionamos poder ainda..., aliás, a verba que está inscrita não é a totalidade justamente da verba que tínhamos proposto no nosso programa eleitoral, que estamos a prever, talvez não consigamos fazer com a instalação do orçamento participativo, a totalidade, e o que é importante é garantir que os projetos que são aprovados em sede de orçamento participativo, sejam realmente executados. Felizmente, podemos ir buscar experiências doutros Municípios, temos agora experiências ao nível nacional, sabemos que os primeiros orçamentos participativos às vezes têm uma taxa de execução muito baixa, e justamente queremos criar condições para que possam manter. E aí, também esclareço já, uma das questões que gostaríamos que as Freguesias colaborassem ativamente, é justamente, nestes orçamentos participativos territoriais, haver a possibilidade de criar orçamentos participativos por Freguesias, mesmo que seja com verbas da Câmara. E que poderiam vir a ser geridos inclusivamente pelas Freguesias, se assim as Freguesias estiverem disponíveis.

A questão que foi colocada, penso que também pela Senhora Deputada Ana Luísa, da carência extrema. Senhor Deputada, sim! As instituições sociais, como a Santa Casa da Misericórdia, têm dados. Mas, deixe-me que lhe diga que o que eu acho muito preocupante, é a falta de dados que o Município tem sobre essa questão. E nomeadamente ao nível da habitação. Isso é algo que nos vai dificultar, e atrasar, na criação de uma resposta coerente, ao problema da habitação, que é uma questão maior. Por exemplo, ao nível da habitação, não há qualquer controlo há anos da situação da habitação social. Nem dos residentes, nem do tipo de aluguer, nem das rendas, nem da quantidade, não há dados concretos. Os únicos dados que nós temos, que os serviços nos forneceram, e que nós temos por bons, porque temos total confiança nos nossos serviços, foram as respostas que foram dadas por esta Câmara ao IHRU, e que referiam a necessidade de habitação para duas mil e seiscentas famílias. Duas mil e seiscentas famílias. São os números mais assustadores do país. Estes foram os dados comunicados ao IHRU, que depois comunicou à Secretaria de Estado da Habitação. Mas estes números também não incluem as pessoas que estão já



em habitações sociais, muito, muito degradadas. E, portanto, com a necessidade urgente de reabilitação ao nível da sua habitação social. Isto é das nossas maiores dificuldades neste momento, e há dois dias fizemos com os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, justamente uma visita ao 2º Torrão, que tinha sido aprovada nesta Assembleia, e bem. E podemos comunicar aos Senhores Deputados que a nossa maior dificuldade é a falta de dados e a falta de monitorização ao nível da habitação social municipal. A do IHRU também é importante, mas mesmo a municipal não há dados sobre isso, o que é extremamente preocupante, e faz que muitas vezes vivemos todos mais ao som do diz que disse, e até da calúnia do vizinho do que de dados concretos. Portanto, essa é sem dúvida uma prioridade importante para podermos construir uma política sustentável e transparente.

Vou terminar por aqui, porque ainda há outras intervenções, para deixar algum tempo para o fim.

6.1.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente aos documentos dos Serviços Municipalizados de Almada e após análise cuidada, suscitam-se-nos algumas questões:

No que concerne à garantia da universalidade do acesso à água, política desde sempre defendida e prosseguida nos SMAS, constatamos que as Grandes Opções do Plano são omissas relativamente à continuação da aplicação das tarifas sociais para famílias numerosas e em situação de carência económica, sendo esta linha substituída pela criação um Fundo Social para a Água.

É intenção da atual maioria eliminar estas tarifas sociais em vigor baseadas na isenção total de taxas de água, saneamento e resíduos para consumos até 5 m³ e que são, no entender da CDU, a melhor forma de garantia do acesso a este bem essencial à vida humana?

Como será financiado o Fundo, em que moldes concretos, e como serão ressarcidos os montantes utilizados pelos utilizadores que a ele recorram?

Foi referido pela Sra. Presidente na Comissão Eventual do passado dia 6 que a política de não corte de água não é mais sustentável. Vão os SMAS começar a realizar cortes de água a particulares em situações de falta de pagamento, colocando, também assim, em causa a universalidade do acesso à água no nosso município?

Nada é referido sobre o Plano de Abastecimento Móvel para a garantia do abastecimento público em situações de falta de água. Considerando a pertinência desta questão, cada vez mais premente como se constatou um pouco por todo o país no passado verão e tendo já existido trabalhos no sentido da sua criação, quer esta omissão dizer que não é intenção do executivo avançar com o mesmo?



Igualmente nada se diz sobre os Protocolos firmados entre os SMAS e as Juntas de Freguesia, inseridos dentro de uma política de aproximação às populações. São para terminar?

Constatamos que muitas linhas respeitantes ao esclarecimento dos utilizadores sobre os seus direitos e deveres deixaram de constar nas Grandes Opções do Plano. Não considera este executivo importante o objetivo de maximizar a informação e o conhecimento dos utilizadores sobre os SMAS e as suas atividades?

Sendo certo que no Plano Plurianual de Investimentos dos SMAS consta a ampliação das Oficinas Gerais dos SMAS (se bem que com uns meros 7.400€), não encontramos nas Grandes Opções do Plano nenhuma intenção expressa para o arranque da 2ª fase da mesma. Quais as intenções do executivo nesta matéria?

Verificamos que a Remodelação da Rede de Águas de Almada Velha deixou de constar do PPI e não encontramos nenhuma obra prevista nas Grandes Opções do Plano para estas redes neste território. Ora, considerando as especificidades deste território, seja pelas suas condicionantes urbanísticas, seja pelo facto de estas serem das redes mais antigas do nosso concelho, não se nos afigura prudente esta retirada pois não configura uma atitude preventiva quanto aos eventuais problemas que, seguramente, surgirão dada a idade das redes em questão. Quais as razões que levam a que não se considere esta situação? Por outro lado, não poderá o abandonar desta linha de intervenção colocar em causa o empréstimo BEI que foi realizado anos atrás, para a obtenção do qual esta foi precisamente uma das justificações?

Por fim e em relação ao Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018, constatamos que estão previstos 60 postos de trabalho por preencher. Considerando que um deles se refere a uma comissão de serviço para Dirigente Intermédio de 2º grau, sobram 59 postos efetivos. No entanto, na reunião da Comissão Eventual da AM, foi referido pelo Sr. Diretor Delegado dos SMAS e passo a citar, “até 49 novos trabalhadores” o que, à primeira vista, não confere com a informação que consta do documento. Foi um lapso? Se não qual a razão desta discrepância de 10 postos de trabalho?

6.1.4.12 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há muito que todos percebemos que a discussão do Plano e Orçamento para 2018 foi, pelo atual executivo municipal PS/PSD secundarizada, através de uma campanha orquestrada contra a CDU, que nos últimos 41 anos governou reconhecidamente bem Almada.

Desta forma procuram matar dois coelhos de uma cajadada, por um lado subalterniza-se a apresentação de um documento fundamental para o ano corrente e para o qual pouco ou nada tinham a acrescentar ao que vinha de trás e, o que acrescentam era melhor que não o tivessem feito já que constituem ataques aos direitos dos trabalhadores, ao movimento associativo cultural e desportivo do concelho e aos



cidadãos do município e, por outro lado procuram denegrir o trabalho feito neste concelho nos últimos 41 anos.

Atacando quem os precedeu procuram baixar a fasquia da exigência, para assim mais facilmente na hora de serem julgados a poderem superar.

Muitos dos almadenses lembrar-se-ão certamente dos rasgados elogios que ao longo das últimas décadas foram repetidos, a propósito da gestão CDU em Almada, pelos mais variados governantes do PS e PSD e até mesmo por altos quadros da Administração Central e os incómodos que essas afirmações provocavam nas suas estruturas locais.

O executivo PS/PSD e em particular a Sra. Presidente da Câmara, potenciando a boa relação e o poder que tem na comunicação social dominante, recorrem à velha técnica da insinuação e da inverdade.

Pega num ou outro indicador financeiro, retira-o do contexto nacional, compara-o com o ano que mais jeito lhes dá e conclui a Presidente da Câmara, com um ar tão incrédulo quanto possível. E passo a citar: “A saúde financeira da Câmara não é aquilo que apregoam. Eu não sei muito bem como é que seria mais um ou dois anos senão houvesse aqui um inverter radical da forma como isto estava a ser gerido.” Fim de citação!

Desta forma está criada a envolvente necessária para que este executivo PS/PSD encontre na Assembleia Municipal com o voto a favor de uns e a abstenção de outros o ambiente necessário à travagem da continuação da redução do IMI, de que vinham beneficiando nos últimos 4 anos os 47 mil agregados familiares no nosso concelho detentores de habitação própria permanente, ao não cumprimento da promessa de redução da derrama para as empresas aqui sediadas, aos cortes nas horas extraordinárias dos trabalhadores operários e à redução dos apoios aos projetos educativos e dos apoios ao movimento associativo recreativo, desportivo e cultural do Concelho. A não realização dos festejos do Carnaval no nosso Concelho, em especial do Corso das Escolas que dever-se-ia ter realizado hoje de manhã e em que participavam Escolas do Ensino Pré-Primário e do 1º Ciclo, públicas e Privadas, bem como a interrupção das aulas de natação gratuita para as crianças do 1º ciclo por problemas com o transporte destas mesmas crianças até às piscinas, são entre outros sinais mais recente de todas estas medidas.

Mas todo este discurso tem pés de barro e o respeito por todos aqueles que nas últimas décadas, trabalhadores do município de Almada, membros das dezenas e dezenas de associações deste concelho, professores e outros membros da comunidade educativa, cidadãos anónimos e que ajudaram a construir nas escolas, nas instituições particulares de solidariedade social e no movimento associativo recreativo, desportivo e cultural, um concelho ímpar a nível nacional, levou-nos a fazer um esforço para que com uma linguagem rigorosa mas tão simples quanto possível, desmontar toda esta ignóbil campanha.



A melhor forma de analisarmos a situação do município de Almada, ao contrário do que tem sido feito, é para um conjunto de anos razoável - o último ano do mandato 2010/2013 e os anos para que há informação do atual mandato (2014/2016) -, comparar a situação do município de Almada, num vasto conjunto de indicadores, com municípios de dimensão idêntica no nosso país.

Foi isso que fizemos comparando o nosso município com 13 dos chamados grandes municípios do país, geridos por outras forças políticas, os concelhos da Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Maia, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, Guimarães e Coimbra, num conjunto de indicadores que comparam a evolução nestes anos, dos resultados operacionais, dos resultados líquidos, dos saldos de gerência, do endividamento municipal, da autonomia financeira, do prazo médio de pagamento do município, da utilização do programa de regularização de dívidas do Estado, das transferências recebidas da Administração Central, das transferências do município para as instituições do concelho, das despesas de investimento, das despesas com pessoal, das despesas com aquisições de bens e serviços e do pessoal empregue.

Da comparação de todos estes dados referentes a este conjunto de grandes municípios é possível concluir que:

1. Almada é dos concelhos com maior independência financeira (rácio receitas próprias/receitas totais), 76,2% em 2016, apenas superado entre os grandes municípios por Lisboa, Cascais, Porto, Oeiras e Maia.
2. Almada é dos concelhos com mais baixo nível de endividamento e mesmo assim e ao contrário de outros reduziu em pelo menos 5.4 milhões de euros esse endividamento nos últimos 4 anos. Os resultados teriam sido outros senão o tivesse feito. A sua dívida atingia em 2016 apenas 25,5% do seu limite legal de endividamento. Em contraponto nestes grandes municípios, Lisboa tem um nível de endividamento (624 milhões de euros) que atinge 82% do seu limite e Vila Nova de Gaia fura o teto do limite legal de endividamento com 109,7% desse limite.
3. Almada é dos municípios com mais baixo prazo de pagamento aos seus fornecedores e esta é sem duvida uma das formas mais eficazes de apoiar a economia local. Em 2015 o prazo médio de pagamento do município aos seus fornecedores era de 15 dias e em 2016 baixou para 12 dias. Outros municípios entre este grupo de grandes municípios têm ainda prazos de pagamento a fornecedores mais baixos, só que para isso tiveram que recorrer ao Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas ao Estado. É o caso de Lisboa que teve de recorrer a um empréstimo de 112 milhões de euros, Sintra que recorreu a um empréstimo de 9,7 milhões, a Maia que recorreu a um empréstimo de 12,5 milhões, Vila Nova Gaia de 10 milhões e Braga de 4,1 milhões de euros. Outros municípios como Cascais pagam a 55 dias, Oeiras



a 31 dias, Vila Nova de Gaia a 51 dias e Coimbra a 32 dias. O prazo médio de pagamento a nível nacional era em 2016 de 47 dias (mês e meio).

4. O peso das despesas correntes nas despesas totais no nosso município não tem nada de excepcional – nos últimos 4 anos foi de 75,7% em média – quando no conjunto destes 14 municípios foi de 73%. Na Amadora foi de 84,2%, em Cascais foi de 81,3%, em Sintra foi de 78,2% e em Coimbra de 76,3%. Nestes 14 municípios a média nestes 4 anos foi de 73% e o peso médio nacional das despesas correntes foi de 70%. Colocar o peso destas despesas em Almada, como uma das condicionantes do Orçamento para 2018, com faz este executivo é não perceber nada do que se está a fazer.

5. O peso das aquisições de bens e serviços no total das despesas não tem nada de excessivo – nos últimos 4 anos foi de 28,7% em média – quando no conjunto destes 14 municípios foi de 27,8%. E também aqui não se percebe a preocupação com o excessivo impacto desta rubrica.

6. A evolução dos resultados operacionais, dos resultados líquidos e dos saldos de Gerência do município, grande cavalo de batalha deste executivo, espelham fundamentalmente a quebra considerável verificada nos últimos quatro anos nas transferências provenientes da Administração Central e não significam qualquer sinal de uma gestão menos rigorosa. Em média o município recebeu no último mandato cerca de menos 4,5 milhões de euros de transferências do Estado anualmente. Perante esta situação já percebemos que o que o atual executivo faria seria reduzir o nº de trabalhadores, cortar nas despesas com pessoal, cortar nos apoios sociais, às escolas e ao movimento associativo e cortar no investimento – a receita é sempre a mesma a nível local e a nível central -. Mas a CDU em Almada orgulha-se de ter seguido outro caminho que melhor serviu os interesses da nossa população e dos trabalhadores do município, sem nunca deixar de fazer uma boa gestão.

7. Numa altura em que o Governo PSD/CDS a coberto das políticas acordadas com a Troika atacava direitos dos trabalhadores e das populações locais, o município de Almada reduzia o IMI sobre as famílias (menos cerca de 3,4 milhões de euros), aumentava o montante de transferências e subsídios para as instituições locais, aumentava logo que lhe foi permitido fazê-lo, o nº de trabalhadores no município e procedia à reclassificação de muitos deles para as carreiras a que tinham direito e por fim conseguia, apesar dos enormes atrasos dos apoios comunitários ao investimento e dos baixíssimos apoios até agora recebidos, subir o nível de investimento local em mais de 3 milhões de euros, o que muitos dos outros municípios não conseguiram fazer.

Percebe-se agora que perante o enorme desafio que se coloca ao atual executivo de melhorar os índices de qualidade de vida no concelho ele optou, por um outro caminho para si mais fácil, o da propaganda e da calúnia, esperando desta forma conseguir levar a água ao seu moinho.



Compete-nos a nós e a todos aqueles que tendo reconhecidamente beneficiado das políticas prosseguidas pela gestão CDU no município de Almada, apesar de todas as encenações que vão sendo feitas e o exemplo da forma como esta Assembleia Municipal decorreu ontem e hoje é disso bem ilustrativo, lutar para que muitas das promessas que em campanha eleitoral PS e PSD fizeram para o concelho, sejam cumpridas e algumas já estão em falta apenas quase três meses depois da tomada de posse. Quer se trate da resolução do problema da habitação social e do fim das barracas no concelho, quer se trate do problema dos transportes e acessibilidades no concelho e para fora do concelho, quer se trate do problema da conclusão dos vários instrumentos de ordenamento territorial, quer se trate dos apoios ao movimento associativo recreativo, cultural e desportivo, quer se trate do apoio às escolas, quer se trate do apoio às famílias, quer se trate da defesa dos direitos dos trabalhadores do município, quer finalmente se trate da relação do município com as suas freguesias e com o Governo.

A população do nosso concelho, em especial os trabalhadores e a população mais desfavorecida sabe que contará sempre com a nossa intervenção crítica na defesa dos seus interesses.

Terminava aqui, mas a intervenção da Senhora Presidente, que me levou a tentar interrompê-la, leva a dar duas notas.

Primeiro, é mentira, eu repito, é mentira, que em Almada existam os mais elevados níveis de pobreza do país. E é mentira, porque não existem indicadores destes por Município, quem o diz mente.

Outra mentira, e tão grave ou mais do que esta. É mentira dizer que em Almada existem os mais elevados níveis de desemprego da Área Metropolitana de Lisboa. E é mentira porquê, porque também não existem. Os últimos dados que dizem sobre o desemprego, se houver alguém que me queira desmentir, desmintame, o desemprego concelhio só existe nos Censos, não há inquéritos ao emprego por Município, só existem nos Censos. Os últimos são de 2011, estamos em 2017, referir isto é mentir, porque esta informação não existe. Aliás, anteontem saíram dados do desemprego para o país de 2017, podem ir ao INE, abrem o site do INE, e veem lá em destaque, os dados de 2017. O que lá está apenas é para a Área Metropolitana de Lisboa. Porque não existe informação por Concelho. Dizer isto é mentir. É querer mostrar que este é um Concelho péssimo, é um Concelho de pobres, é um Concelho de desempregados, precisava de uma mudança para melhorar. Ora, eu não aceito que se digam estas mentiras, ou como diria um camarada meu, estas inverdades.

6.1.4.13 - O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de mais, esta intervenção a que nós acabamos de assistir incorre de facto em algumas questões que não são, pelo menos a nosso ver, as mais verdadeiras daquilo que também foi dito ao longo desta



noite. Mas, não querendo também empelar em demasia aquilo que no calor do debate pode ser referido, é importante que nós também reconheçamos quais é que são os instrumentos que temos à nossa disposição. E um deles, e do qual a CDU faz muito uso, é o de tentar amedrontar as populações com uma série de efabulações que, desde logo, não são verdadeiras. Não é verdade que em Almada tenha acabado o transporte para a natação, as atividades aquáticas. Existe um contrato que cessou em dezembro e que já foi retomado, e, portanto, essa acaba por ser uma não questão. É também falso que parte da receita para reequilibrar aquelas que são as contas do Município passe por cortar no pessoal, por cortar nos trabalhadores, como o Senhor Deputado referiu. Aliás, não é essa a receita que é seguida aqui em Almada, não é essa a receita que é seguida no país pelo Partido Socialista, como se tem visto ao longo dos últimos dois anos, num Governo que é também, e tem um apoio parlamentar dos restantes Partidos da Esquerda. E também é falso que exista, até ao momento, qualquer promessa incumprida. Aquilo que nós percebemos é que durante quarenta e um anos a CDU governou de uma forma que não era aquela que se dizia, ou que se dizia ao longo de uma série de anos, que ia governando. E o melhor exemplo que nós temos disso é este tal apoio que o anterior Executivo aprovou para as empresas que se fixavam no nosso Município, e que a Câmara Municipal teve ontem a amabilidade de nos distribuir a resposta da Autoridade Tributária, que diz, e passo a citar: “estamos muito preocupados com a isenção lançada por esse Município e comunicada no final do ano passado”. Têm aí o documento, vou encurtar, mas diz: “trata-se de uma isenção indefinida, pois o conceito é vago, e tem inúmeras interpretações. A Autoridade Tributária não tem condições para programar tal isenção, pois não existe legislação que defina quais os códigos CAE abrangidos”. E este é um dos maiores exemplos daquela que foi a governação que a CDU fez ao longo dos últimos anos aqui em Almada. Medidas de fachada, retóricas, que visavam apoiar, supostamente, empresas, mas que no fim apoiaram zero empresas do nosso Município.

E, portanto, aquilo que nós também podemos deixar, ou o convite que podemos deixar à CDU, é que feito esse reconhecimento, que a CDU não aterrou em Almada hoje, e apesar das propostas que têm vindo a ser feitas ao longo dos últimos três meses terem todo o mérito, o que é facto, é que é estranho, que um Partido ou uma Coligação, que esteve no Poder, que teve disponíveis todos os meios para fazer aquilo que agora propõe que o Partido Socialista faça em três meses, que não o tenha feito. E não o tendo feito, a não ter utilizado esses meios, como quem acabou de aterrar em Almada, vem-nos dizer que nós, ao fim de três meses, podíamos ter feito muito mais do aquilo que faríamos. Há, obviamente, muito que é preciso fazer por este Município, e estamos todos de acordo. É preciso atrair empresas para que Almada tenha mais investimento, é preciso erradicar as barracas, é preciso desenvolver os Polos Universitários que são dos melhores do nosso país, e que podiam ser muito melhores se tivessem sido muito mais bem aproveitados ao longo destes quarenta e um anos, é preciso que os almadenses tenham boas redes de transporte, que não passem horas para quando querem ir trabalhar para Lisboa, ou para outros pontos



do nosso Município, é preciso que, as zonas de excelência como nós temos, como o Ginjal, possam ser reabilitadas, que nós possamos aproveitar aquela que é a vaga de turismo que existe neste momento em Portugal, em Lisboa, é preciso que nós aproveitemos as grandes praias que temos na Costa da Caparica. Mas nada disto foi feito ao longo dos últimos quarenta anos, muito por falta de ambição, e por falta de visão dos anteriores Executivos, e nomeadamente, do último Executivo da CDU.

Portanto, o convite que nós vos fazemos, é que, em conjunto, também possamos estabelecer aquelas que são políticas que tragam uma melhoria de vida dos almadenses, e que não passemos estas Assembleias Municipais apenas a discutir efabulações, a fazer dos almadenses aquilo que eles não são, porque os almadenses, não são de facto, estúpidos. Quando se lhes diz que o transporte para a natação acabou, quando se lhes diz, que em Almada os trabalhadores da Câmara vão ser despedidos, é mentira. É mentira, e os Senhores sabem disso. E a melhor resposta que pode ser dada, e que vocês têm também dada, a essas mesmas questões, ou aliás, a fasquia que dizem que nós tentamos baixar, não tentamos, é precisamente com a construção dessas políticas, que pretendemos aumentar a fasquia, tornar Almada um Concelho melhor.

Aquilo que me parece, genuinamente, é que a CDU, o Partido Comunista Português, os Verdes, não perceberam ainda, não retiraram a grande lição que devia ter sido retirada das últimas eleições. É que se Almada estava a ser reconhecidamente bem governada, como o Senhor Deputado disse, então, o resultado das últimas eleições de dia um de outubro teria que ter sido necessariamente diferente. Porque todos os almadenses sabem, aquelas que são as dificuldades por que passam no dia a dia. E todos os almadenses sabem, ou nem todos, mas grande parte dos almadenses. Os almadenses escolheram começar um novo ciclo a partir do dia um de outubro. Um ciclo que, em nosso entender, deve abranger todos os Partidos que têm assento na Câmara Municipal de Almada, na Assembleia Municipal, foi esse também o convite que o Executivo Municipal dirigiu, ou que o Partido Socialista dirigiu, no início deste processo, a todos os outros Partidos que partilhem as responsabilidades da governação, e que construam soluções, é obvio que é mais difícil, é obvio que sim, exige também mais responsabilidade, e dá mais trabalho necessariamente, porque também não vamos fazer tudo bem, mas é dessa forma que nós vamos poder fazer com que o nosso Concelho seja, ao fim destes quatro anos, melhor. Porque cá estaremos também para julgar aquelas que são as promessas que foram feitas e para julgar se elas são ou não cumpridas. O que não estamos disponíveis é para fazer esse julgamento ao fim de três meses. É evidente, que ao longo dos últimos quatro anos, houve uma degradação das contas do nosso Município, e Senhor Deputado, basta consultar aquilo que é o gráfico do resultado do saldo operacional desde 2013, e percebemos que passamos de um resultado positivo de alguns milhões de euros, para um resultado negativo, de salvo erro, 5.000.000.00 (cinco milhões) de euros anuais. Há uma degradação daquilo que



são as contas do Município, é óbvio que não podíamos continuar neste caminho, é óbvio que a CDU se desleixou, admitem-no, não cai o Carmo e a Trindade se admitirem. Aquilo que fizeram ao longo dos últimos quatro anos foi insuficiente, e os almadenses julgaram-no nas urnas. E esses elogios que os dirigentes fizeram, dirigentes do Partido Socialista, de todos os Partidos, à governação que a CDU fez ao longo dos últimos anos, é óbvio que os fez, teriam razão ou não, eu não sei. Agora, há uma coisa que eu sei, em Almada, o Povo é quem mais ordena, e o Povo fez com que perdessem as últimas eleições dia um de outubro.

6.1.4.13 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Debatemos hoje as propostas de Planos de Atividades, Orçamentos e Mapas de Pessoal da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2018.

São estes documentos e não quaisquer outros, é a discussão em torno das matérias que eles encerram e não qualquer outra, que nos vincula enquanto órgão deliberativo ao programa de ação e intervenção que será desenvolvido pelo Município em 2018.

Neste quadro, a CDU sublinha desde logo a questão política de fundo, fundadora do atual quadro da gestão municipal, claramente assumida nestes documentos e que responde, finalmente, às dúvidas que sucessivamente expressámos quanto à natureza objetiva do acordo celebrado entre o PS e o PSD na sequência das eleições autárquicas de 1 de outubro passado.

Na introdução que assina, escreve a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, e vou citar, "as Grandes Opções do Plano submetidas aos órgãos municipais são também o reflexo da visão programática concertada dos partidos que compõem o executivo" (PS e PSD, acrescentamos nós).

"Visão programática concertada", sublinhamos a expressão.

É esta opção que dá corpo ao quadro conceptual global das opções e propostas que nos são apresentadas.

As múltiplas tentativas da atual maioria PS/PSD visando atingir a gestão da CDU nos anteriores mandatos a que temos assistido, simplesmente não aderem minimamente à realidade que as mais diversas instituições locais, nacionais e internacionais, e sobretudo os Almadenses bem conhecem.

Porque o que está em discussão são visões e opções políticas distintas, formas de abordar e intervir na solução dos problemas também elas distintas.

Porque o que temos em confronto neste debate não é, ao contrário do que a maioria PS/PSD tanto se



esforçou por afirmar ao longo deste processo, uma avaliação - e menos ainda uma valoração – dos méritos ou deméritos da gestão anterior, mas a afirmação dos propósitos e propostas que se nos colocam no futuro.

É, por isso, em torno das opções e propostas para o futuro que importa que nos centremos.

Senhores e Senhoras Deputados Municipais,

Os documentos que são colocados à nossa consideração não correspondem nem respondem de forma adequada aos importantes desafios colocados por essas oportunidades.

Não se compreende a opção de retardar o processo de revisão e conseqüente aprovação do novo Plano Diretor Municipal de Almada, que a atual maioria pretende remeter para o final do presente mandato autárquico.

Num momento em que nos confrontamos com a urgência em fazer avançar projetos estratégicos como, entre outros, o Plano de Urbanização de Almada Nascente, o Plano de Urbanização de Almada Poente, ou o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica com os quais o Plano Diretor Municipal terá necessariamente que se articular, esta opção da maioria não se afigura compatível com qualquer aposta no progresso e desenvolvimento do nosso Concelho.

Até porque é amplamente consensual - todos os sectores da nossa vida coletiva o confirmam, que Almada dispõe hoje de um muito favorável e significativo conjunto de oportunidades de investimento, que na conjuntura nacional são claramente suscetíveis de elevar o nosso Concelho a um relevante patamar de desenvolvimento de âmbito e alcance não apenas local, mas igualmente regional e mesmo nacional.

Não devemos nem podemos desperdiçar essas oportunidades, fatores imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida de todos os Almadenses.

Não compreendemos também que tenha sido simplesmente eliminado da proposta qualquer indício de pensamento estratégico relativamente ao futuro da Trafaria e da Frente Atlântica.

Menos compreendemos que relativamente ao processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), estes documentos integrem apenas um simples parágrafo de três linhas e meia tão somente preenchidas por generalidades.

Estranha é, ainda, a total ausência de um mesmo pensamento estratégico sobre a execução do atual Quadro Comunitário de Apoio, que em grande medida terá de ocorrer durante o presente mandato dos órgãos autárquicos.



Em matéria de acessibilidades e mobilidade, uma bandeira eleitoral do Partido Socialista para Almada, para além da continuação dos programas que vêm do mandato anterior praticamente nada de novo nos é proposto.

Mesmo a criação de um "passe intermodal a preços acessíveis" que abranja toda a área metropolitana que surge referenciada no documento que nos é submetido, sendo uma matéria que foi objeto de deliberação desta Assembleia Municipal em diversas ocasiões ao longo de anteriores mandatos, entende a CDU que a proposta apresentada pela maioria é insuficiente relativamente aos objetivos que se pretende alcançar.

Esses objetivos passam, em sede da Assembleia da República e Governo, pela criação do passe social intermodal para a toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML), adequando-o através da revisão das coroas geográficas atuais à realidade urbana, que inclua todos os operadores e todas as carreiras, e garantindo que com o mesmo passe social intermodal ou com o mesmo bilhete, seja possível circular pela Área Metropolitana de Lisboa.

Em matéria de trânsito e transportes, designadamente no que se refere a vias fundamentais, não se encontram refletidos no documento em discussão a ligação do IC 20 à Av. do Mar, a exigência de abolição de portagens no IC 33 e Ponte 25 de Abril, a necessidade de construção do apeadeiro da Fertagus em Vale Flor, ou ainda a necessidade de criação de nós de acesso à autoestrada do Sul (42) entre o Fogueteiro e o Centro Sul.

A proposta que nos é apresentada ignora ainda quaisquer referências a importantes e reconhecidas necessidades do Concelho e das populações, desde há longo tempo reivindicadas junto do Governo da República enquanto investimentos essenciais para a qualidade de vida dos Almadenses, das quais destacamos apenas algumas mais significativas: na área da saúde; da educação; da ação social; da habitação; da segurança; e do património.

E já agora, Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, ocorre uma dúvida que resulta de uma intervenção sua da reunião da Comissão Eventual da Assembleia realizada na passada terça-feira. Disse então que as Opções do Plano não integram algumas matérias que "estão a ser negociadas" (com o Governo e outras entidades). A pergunta que fazemos é como poderá o Município desenvolver as atividades associadas a essas "negociações", se elas não se encontram contidas nos documentos que estamos a apreciar? E apenas uma dúvida que nos fica...

Senhores e Senhoras Deputados Municipais

A proposta de Grandes Opções do Plano para 2018, bem como o Orçamento que as suporta, apresentam um vasto conjunto de linhas de orientação e formulações conceptuais que a CDU não acompanha, por



traduzirem para a ação concreta conceitos e práticas claramente assentes em conceções e visões neoliberais, cuja aplicação e prática em larga escala tantos prejuízos trouxeram ao país e aos portugueses num passado bem recente.

Falamos da imposição do princípio do "utilizador pagador no caso da decisão precipitada de introdução de estacionamento tarifado ao longo de todo o ano na Costa da Caparica.

Falamos da falta de transparência da proposta de criação de um "fundo social" nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, ao mesmo tempo que são omitidas todas as referências à manutenção de isenção do pagamento de consumos até cinco metros cúbicos de água concedidas ao longo dos últimos mandatos sob responsabilidade da CDU a famílias comprovadamente carenciadas.

Falamos da possibilidade de aumento de rendas de casa do parque habitacional municipal, bem expressa na intenção de revisão dos contratos de arrendamento à luz da legislação existente, sem outros critérios de equidade social postos em prática pela CDU nos mandatos anteriores.

Falamos de uma clara disposição no sentido da interferência municipal na autonomia das instituições do movimento associativo e solidário e nas práticas dos agentes culturais e desportivos, presente em diferentes formulações nas linhas da proposta de Plano de Atividades.

Falamos da ausência de qualquer referência a processos de promoção da participação cívica dos cidadãos na vida e na definição do quadro de políticas e concretização de programas, atividades e ações, além da introdução de um Orçamento Participativo, Num Município que é conhecido e reconhecido pela forte participação popular, é incompreensível que a proposta de Grandes Opções do Plano nos apresentem neste domínio apenas silêncio.

Estes são os motivos e as razões principais que fundamentam a oposição da CDU aos documentos que nos são apresentados.

É com profunda convicção que afirmamos que as propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018, além de algumas frases feitas, primam essencialmente pela ausência de propostas concretas em inúmeras áreas de intervenção essenciais à satisfação das necessidades e anseios dos Almadenses, traduzindo um doloroso retrocesso no processo de desenvolvimento do nosso Concelho, e uma falta de identidade com o Município, com as suas gentes, com o seu sentir e com a sua ambição.

6.1.4.14 - A Sr.ª Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O PSD só pode pensar que viveu durante quatro anos num Concelho diferente daquele que na realidade encontrou.



Ouvimos aqui as preocupações da CDU, pela pouca ousadia, ou melhor, pelo pouco plasmar, das orientações políticas que estavam a ser seguidas no Concelho há quarenta e um anos, ouvimos um elogio aos seus feitos, e o que encontramos na realidade são situações, manifestamente diferentes. E acho que pelo menos entendemos que assim seja.

Eu queria colocar questões muito claras, muito concretas, e muito diretas.

Numa primeira fase, ouvimos aqui falar, o Senhor deputado Municipal Carlos Revés, relativamente ao SMAS, na preocupação que a proposta de criação de um fundo social, para fazer face e suprir algumas carências de alguns munícipes no pagamento da água, ser um perigo, e ser um indiciador da eliminação das taxas sociais que são aplicadas.

Vimos uma apresentação em Comissão Eventual de powerpoint por parte do SMAS, onde era referido que para além das taxas sociais, para além da redução das taxas às famílias carenciadas, e às famílias numerosas, em casos similares, em tudo isto que acontecia, os SMAS de Almada tinha uma dívida de 8.000.000.00 (oito milhões) de euros. E, obviamente, que estes 8.000.000.00 (oito milhões) de euros, segundo foi também explicado, não se referiam só a famílias carenciadas. Estamos a falar de empresas, estamos a falar de dívidas de alguns fornecimentos que os SMAS fazem a grandes empresas, estamos a falar de uma política de recuperação deste tipo de créditos, que não existe, estamos a falar de uma política de falta de cortes para estas situações. Eu estou convicta, e gostava de perguntar à Senhora Presidente, que não será intenção do SMAS de Almada fazer cortes cegos a quem não pode pagar. Tanto mais que estamos a falar de um bem de primeira necessidade. Agora, gostava de saber, qual vai ser a intervenção relativamente ao valor do passivo que é uma coisa absurda, estamos a falar de um terço das receitas dos SMAS. Todos nós, ouvimos pelo menos dizer que em Almada é possível não pagar a água, porque ninguém corta. E não são só aqueles que têm dificuldades económicas que não pagam a água porque não podem. Temos muita gente que faz uso ilegal, abusivo e criminoso da água sem pagar, temos a forma de que se o vizinho do lado não paga e não lhe acontece nada, eu que até posso pagar também não vou pagar, não me vai acontecer nada. O que é que em quarenta e um anos foi feito para reduzir este passivo? O que é que em quarenta e um anos foi feito para resolver este problema?

No entanto, gostava de deixar a questão, o que é que está a ser pensado, para executar, para tentar minorar e resolver este problema? Primeira questão.

Segunda questão que queria também perguntar ao Executivo e vou também ficar aqui pelo SMAS.

Há pouco, falou-se que, pela falta de avaliação efetuada em cinco anos, porque vigora agora o segundo ano de um biénio, e essa avaliação SIADAP, é feita desde 2013, por biénios, e não por anos. E uma vez que, esta falta de SIADAP é a falta de avaliação de desempenho dos trabalhadores, e mais importante que



tudo, é o impedir que seja efetuada a progressão na carreira, e também necessariamente a recompensa monetária por isso, e mais é o não aceitar, ou não valorizar aqueles que trabalharam, se esforçaram, para o bem de todos, o que é que os SMAS vão fazer para tentar minorar a situação, obviamente sabendo bem que a Lei do Orçamento de Estado para 2018 impõe determinadas regras.

Por último, e falamos aqui há pouco de precários.

Aquilo que eu gostava de saber, é, relativamente ao SMAS, se existe alguma classificação de precários? Ponto número um. E, ponto número dois, se os requisitos, e os princípios da Lei de integração dos precários, a Lei 112/2017, estão cumpridos nessa comunicação?

6.1.4.15 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

“Este é um orçamento de continuidade”

As palavras não são minhas. São da Senhora Presidente da Câmara, e foram proferidas na exposição que fez, sobre estas Opções do Plano e Orçamento para 2018, na reunião da Comissão Eventual, que já foi aqui referida esta noite, e que esta Assembleia criou especificamente para discutir esta matéria.

Foram hoje aqui repetidas também pela Senhora Presidente, mas também por outros intervenientes.

Há, naturalmente, um contexto para estas palavras, e o contexto explica-se, sinteticamente com a herança de mais de quatro décadas de governação de várias coligações, cujo o elo comum entre todas é, e foi, de forma clara, o PCP. Mas, não são essas quatro décadas que estão hoje aqui em análise. O que está hoje aqui em análise e em discussão e o que vamos votar, são as Opções do Plano e o Orçamento para 2018.

Acrescentemos a este facto, a surpresa e a indignação que a Senhora, Presidente da Câmara, tem expresso nas várias entrevistas, que, desde vinte e oito de outubro de 2017, tem dado aos mais variados órgãos de comunicação social. Não tem sido só aí.

Em vários outros momentos temos sido confrontados com alguns factos, em que a situação de precariedade dos Monitores dos Equipamentos Desportivos da Autarquia ocupará um lugar de destaque, e merece da parte de todas as entidades envolvidas uma cabal explicação.

Mas factos, são factos. Outra coisa são as dúvidas que, aqui e ali, e uma vez mais nas várias entrevistas que a Senhora Presidente tem dado, vai lançando sobre a saúde financeira da Câmara Municipal de Almada.



Dúvidas estas que atingiram a sua máxima expressão na recusa do atual Executivo, de maioria PS/PSD, em votar favoravelmente as propostas de redução do IMI, a exemplo do que tem acontecido nos últimos anos, em 0,01%, para 0,35%. Proposta esta, do Bloco de Esquerda e da CDU, que na Assembleia Municipal só foi derrotada pelo CDS-PP, e pelo voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa, um direito que é seu, e que não está aqui a ser questionado.

O Bloco de Esquerda apresentou-se às eleições, que resultaram na atual realidade governativa em Almada, com o propósito de aqui, tal como no país, fazer a diferença.

Temos compromissos claros, no que diz respeito às políticas de habitação, de saúde, de transportes e de educação. Queremos um Município que saiba atrair turistas. Nada temos contra o turismo. Mas queremos, acima de tudo, que esse turismo seja enquadrado, harmoniosamente, com quem vive e trabalha em Almada.

Aqui, como no país, as pessoas sabem que o Bloco de Esquerda dará o seu contributo naquilo que for ao encontro dos compromissos, que assumimos, e que estão expressos no nosso Programa.

De igual forma, sabem que há princípios dos quais jamais abdicaremos, com a lealdade e frontalidade de sempre, bater-nos-emos contra o que o nosso contato com as populações, a nossa presença no terreno, a nossa perceção da realidade, nos demonstrar não ser o melhor caminho, não serem as melhores opções.

Sabemos que temos pela frente inúmeros desafios. A questão dos transportes e dos contratos de concessão com os TST e a Fertagus estão entre eles.

Mas não perderemos nunca de vista, e creio que posso dizer que está e estará no topo das nossas preocupações, tudo o que à habitação diz respeito em Almada. As 2600 famílias identificadas, e que se encontram a viver em condições desumanas, merecem toda a nossa atenção, e todos os nossos esforços.

Senhora Deputada Ana Salvado, permita-me este à parte, ao longo dos últimos quatro anos, foram usados bem mais do que cinco minutos nesta Assembleia, sobre o 2º Torrão. Mas, não só sobre o 2º Torrão. Já neste mandato, foi falado do 2º Torrão e outros bairros, aqui nesta Assembleia. O 2º Torrão foi objeto de intervenção, mas, para além do 2º Torrão, temos o Rato no Laranjeiro, temos o Chegadinho no Feijó, temos os Bairros do IHRU e desta Câmara na Caparica. Em todos eles temos estado, em todos eles continuaremos a estar.

Propusemos aqui na Sessão de Dezembro de 2017 a criação de um grupo de trabalho para acompanhar, de forma séria, empenhada, e com todas e com todos, estas matérias. Já estivemos no terreno oficialmente, a Senhora Presidente já aqui o referiu, ontem mesmo no 2º Torrão. E, façamos então, com que a referência de segunda página ao 2º Torrão se transforme em algo concreto. Que transforme as vidas



daquelas pessoas. Honestamente o 2º Torrão vinha referido nas Grandes Opções do Plano anterior página dezoito, e mais ou menos em termos semelhantes aos que agora são utilizados.

Não vou repetir os argumentos já aqui deixados pelo meu Camarada Manuel Braga. Creio que, o que fundamenta a nossa abstenção nestas Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Almada, para o ano de 2018, está claro.

É um Orçamento de continuidade, com o qual o Bloco de Esquerda não se identifica na sua totalidade, mas ao qual nós daremos com a nossa abstenção, o benefício da dúvida, que, com três meses e meio de governação, entendemos ser merecido.

Mas, a mesma humildade com que o Senhor Deputado Ivan Gonçalves pediu ao anterior Executivo, nós pedimos a vocês, não se esqueçam de uma coisa, foram quatrocentos e quatro votos de diferença, que vos deu a vitória nestas eleições, e ninguém em Almada escolheu uma governação conjunta entre o PS e o PSD. Os almadenses escolheram eleger o PS para governar os destinos deste Município, o resto são consequências naturais do que é a discussão e a vida política do nosso Concelho, e está tudo dentro da legitimidade democrática, não está questionado.

E esperamos que em 2019 haja condições e coragem para podermos votar algo mais arrojado e pela positiva. Caso contrário cá estaremos para fazer a oposição necessária, esclarecida e frontal, de que o Município, as suas Freguesias e as pessoas tanto necessitam.

As pessoas, sim. Sendo certo de que todos os passos dados na direção errada só contribuirão para o descrédito e a degradação das relações entre quem governa e quem vive e trabalha em Almada.

Senhora Presidente, não vou, não posso, não podemos terminar, sem lhe deixar uma dúvida, uma questão muito concreta, sobre algo que foi importante para o Bloco de Esquerda no mandato anterior. Importante em certa medida, para todas e todos nós.

A organização do Festival Sol da Caparica, foi alvo de muitas dúvidas, muitas questões, questões e dúvidas, que ainda permanecem.

Há uma que nos nossos espíritos não nos abandona, não nos abandonará. Vai este Executivo, recorrer novamente ao auxílio de voluntários na execução do Festival Sol da Caparica?

6.1.4.16 – A Sr.ª Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Começava por felicitar a medida que entendemos ser de extrema importância no exercício da cidadania e na participação das comunidades nas decisões políticas, que é o orçamento participativo como aqui já



foi referido. Designadamente, e dou especial enfoque aquilo que é Orçamento Participativo Jovem, que incentivará a comunidade jovem a participar nos processos decisórios da comunidade.

Em relação à área do Desporto destacamos naturalmente, e em primeiro lugar, o novo programa “Almada em Forma”, que procura incentivar a prática da atividade física e desportiva nos equipamentos desportivos e no espaço público.

De acordo com o apresentado pela CMA, este programa será executado em parceria com associações e entidades públicas e privadas cuja atividade seja não só desportiva, mas também cultural e no âmbito da saúde, o que é de salientar porque coloca as forças vivas do concelho em direta colaboração com a CMA.

Ainda no âmbito deste programa, o atual executivo deparou-se com um grave problema que estava iminente, dado que o contrato que assegurava a afetação dos técnicos desportivos envolvidos no programa “Almada Mexe Comigo”, que foi absorvido por este novo programa “Almada em Forma”, terminaria no dia 31 de outubro de 2017 e deixaria 91 técnicos sem auferir qualquer tipo remuneração.

Quero, portanto, nesta nossa intervenção, parabenizar a CMA por ter conseguido atempadamente celebrar os contratos necessários, suprimindo as dificuldades que certamente iriam surgir no desenvolvimento destes programas, sendo de enaltecer a pronta resposta deste executivo camarário a este problema.

Gostaríamos ainda de salientar que a CMA continua a apostar em programas que promovem a “Adaptação ao Meio Aquático”, como também aqui já foi referido. Para as crianças do primeiro ciclo do ensino básico. Mais uma vez, o atual executivo deparou-se com o facto de não ter sido acautelada pelo anterior executivo a renovação do contrato com a TST, que permitia o transporte para as piscinas. Este contrato terminou em dezembro, o que gerou algum receio entre os beneficiários deste programa, tendo inclusive, e em virtude do tempo necessário à conclusão de um procedimento contratual público deste género provocado a inexistência de aulas no mês de janeiro para as crianças do 1º ciclo, encontrando-se atualmente já em plena execução.

Por último, no que toca ao Desporto, gostaríamos de referir que, apesar do nosso Concelho possuir muitos equipamentos desportivos, o anterior executivo não acautelou o plano de manutenção dos mesmos, o que faz com que, neste momento, algumas destas estejam obsoletas e a precisarem de grandes reparações, o que não deveria ter sucedido, pelo custo acrescido que terá para o erário público.

Relativamente à Juventude, gostaríamos de salientar o compromisso do Executivo em repensar o papel dos Espaços de Juventude, valorizando-os através da criação de salas de estudo e do apoio à criação artística dos jovens, começando desde já pelo diagnóstico do estado de conservação destes espaços jovens.



Queríamos ainda parabenizar o atual executivo por ter finalmente concretizado aquela que é e sempre foi uma luta do Partido Socialista em Almada: a implementação do Conselho Municipal de Juventude, de acordo com o previsto na lei, e que permitirá desta forma uma maior e mais efetiva participação dos jovens do nosso na vida do nosso concelho, ao contrário daquilo que acontecia com o Fórum Municipal de Juventude.

Felicitemos igualmente o atual executivo pela criação do Mês da Juventude, que se realizará já no mês de março onde estão previstos diversos eventos para a comunidade jovem, nos quais associações, grupos juvenis e os jovens em geral dispõem de vários espaços no Concelho para a realização de projetos relacionados com o teatro, a dança, a música, desportos de natureza, entre outros. Um exemplo é o festival “Caparica Surf Fest”, que estará inserido no roteiro do Mês da Juventude, e que será um evento de 10 dias de desporto e cultura, onde Almada e a Costa de Caparica irão receber mais de 1000 surfistas, oriundos de 25 países. O Mês da Juventude para além de acolher uma programação multidisciplinar, também reconhece Almada como uma Cidade Educadora.

Por último, importa referir que não só no ponto concreto da Juventude constam propostas direcionadas aos jovens, mas também um pouco em todas as áreas, como sejam o alargamento dos horários das bibliotecas, o arrendamento intergeracional já referido pela Senhora Presidente, e o desenvolvimento de um plano de estágios que promova a integração de alunos dos cursos superiores no Município, nas IPSS nas empresas e nas coletividades.

6.1.4.17 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sensível como sou à escassez do tempo, que é a única coisa que de facto que não se consegue recuperar, diria muito brevemente que este é o orçamento, e estas são as opções possíveis face aos constrangimentos impostos pela situação de partida, que é aquilo que todos sabemos, que determina sempre as opções que podemos tomar.

É, no entanto, importante notar, que, quer as preocupações refletidas, quer as medidas anunciadas, vão no sentido certo.

De promover a criação de riqueza e de emprego, ao promover o investimento.

De resolver problemas que afetam os munícipes de Almada, todos os dias. Problemas com limpeza, com transportes, com acessibilidades, com qualidade do espaço público.



Resolver problemas de habitação que se arrastam há demasiado anos, num país que se quer desenvolvido, e que cujo desenvolvimento não é compatível com as condições de vida que encontramos em muitos locais em Almada.

Garantir condições dignas de trabalho, a todos os colaboradores da Autarquia, com ações concretas, e não com proclamações.

Este não é um orçamento que permita ainda, dar corpo, àquilo que são as nossas ambições e compromissos expressos no programa eleitoral. Mas vai ser feito ao longo deste ano, na concretização destas Opções, na execução deste Orçamento, um esforço que permitirá que quando, daqui a um ano, estivermos a discutir (em menos de um ano por acaso) as Opções e o Orçamento para o ano de 2019, possamos já refletir nesse, mais daquilo que são os nossos compromissos com o eleitorado.

6.1.4.17 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, tendo em conta uma situação que poderá verificar, não estarei em condições de fazer uma apresentação mais profunda, relativamente, ao sentido de voto do CDS-PP. De qualquer forma, deixaremos aqui a nossa posição relativamente ao Orçamento, que será de abstenção, e deixaremos e enviaremos uma declaração de voto para que depois possa ser junta à Ata, e também, e envio para todos os Grupos Municipais.

6.1.4.18 - O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, muito telegraficamente, e apenas porque fui abordado pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, mas apenas dizer e muito rapidamente.

Que se há coisa que estamos cientes, é da responsabilidade, e que não nos vai faltar, e aliás, o que não nos pode faltar, e não pode faltar a nenhum Executivo, e nenhum Partido que suporta um Executivo, é a humildade. Sabemos bem que o Partido Socialista foi o Partido mais votado por quatrocentos votos, e que fez eleger a Presidente da Câmara Municipal, a nossa camarada Inês de Medeiros, por esses mesmos quatrocentos votos, e ainda que não fosse, nenhum Partido está nunca excluído, e é esse o nosso entendimento, do processo democrático. Por isso mesmo, e foi exatamente nesse sentido que foi a minha intervenção, é que para resolver os problemas que Almada tem, e que necessariamente todos nós somos capazes de identificar, é preciso que exista um consenso alargado para que possamos chegar a essas soluções. É isso que desde o primeiro dia o Partido Socialista tem tentado que seja feito aqui no nosso Concelho, e o convite que eu há pouco fiz aos outros Partidos, estende-se, como é obvio também, ao



Bloco de Esquerda, há muitos assuntos que devem, e podem ser tratados em conjunto, tal como são com todos os Partidos, que legitimamente foram eleitos nas últimas eleições, do dia um de outubro. E, portanto, é precisamente, e encerrando, porque esta será precisamente a minha última intervenção, é precisamente com esse convite, que mais uma vez aqui reitero com toda a humildade. Há muitos problemas, vamos certamente cometer erros, mas essa é a única forma, e eu diria, é a melhor forma, eu diria até a única forma, de nós chegarmos às melhores soluções possíveis em prole dos cidadãos do Município de Almada.

6.1.4.19 - O Sr. Vereador Miguel Salvado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às questões que foram colocadas ao SMAS, é muito simples.

Aquilo que aqui foi dito, é verdade, há realmente uma dívida acumulada deste montante que foi referido, dos 8.000.000.00 (oito milhões) de euros, e aquilo que se pretende, e é um trabalho que está a ser feito já a nível interno dos SMAS, são duas situações completamente distintas.

Nós vamos, e isto é um compromisso, sempre acautelar qualquer situação de carência social, e de impossibilidade de as pessoas não poderem pagar a sua água. E, por isso, é que queremos criar este fundo social, também para acautelar essas pessoas, que precisam. E podem ter a certeza absoluta, que vamos andar constantemente em cima destas situações, para também juntamente com os serviços da Câmara Municipal, conseguir cada vez mais poder ajudar estes casos sociais. A água é um bem essencial à vida, e é assim que tem que ser ninguém, no Concelho de Almada, irá ficar sem água porque não a pode pagar. E isto, é importante que se saiba.

Outra coisa, são os abusos. Outra coisa, são situações em que nós percebemos, até de grandes empresas, que não pagam. E isto, tem que ser justo para todos. Porque, quem tem dificuldade em pagar ao final do mês, e com muito esforço paga, não merece ser injustiçado por aqueles que muitas vezes podem pagar, e que não pagam. E, nós sabemos que isso acontece.

Até porque, naturalmente, está a ser feito um estudo muito profundo, dentro dos próprios SMAS, para ter um regulamento muito profundo, e muito cuidado, para que esse próprio regulamento, tenha em atenção, situações que já hoje são reportadas, porque naturalmente, há instituições, que mesmo com dificuldades, mesmo com problemas, também não iríamos nunca, cortar a água, como escolas, como hospitais, etc. Mas, depois há outras situações, e essas claramente também, até pelo recurso que é, e pelos custos que tem, ele ser disponibilizada à população, é importante que seja acautelado. E, é esse o trabalho que vamos fazer.



Aquilo que foi dito aqui, pela Deputada Municipal, do PSD, Sílvia Sousa, é verdade. E foi transmitido pelos próprios serviços.

Em relação ao SIADAP, mais uma vez eu digo. E é extraordinário ouvir aqui certas intervenções, principalmente da bancada da CDU, e depois não haver aqui um pedido de desculpas aos trabalhadores dos SMAS, por durante cinco anos não lhes terem feito a avaliação. Desde 2012, que não há homologações de avaliação dos trabalhadores dos SMAS. E isto não é mentira, Senhor Deputado José Lourenço, é claro. Toda a gente o sabe. Desde 2012, os Senhores, que se dizem os grandes defensores da classe operária dos trabalhadores, que não fizeram a avaliação dos trabalhadores dos SMAS. E hoje eles, que merecidamente, têm direito à sua avaliação, porque são trabalhadores e pessoas esforçadas, e eu tenho tido oportunidade de ver isso no dia a dia, merecem que sejam recompensados na sua avaliação, e na sua progressão das carreiras. Todos nós sabíamos, que infelizmente pela situação que o país atravessou, houve o congelamento, e houve a situação que houve. Mas, também todos nós sabíamos, que esse dia de descongelamento e de progressão das carreiras, ia acontecer. Ou só os Senhores é que não sabiam?

Por isso, é estranho, como é que não se acautelou a posição dos trabalhadores dos SMAS, para lhes garantir uma avaliação, para quando esse dia chegasse, eles poderem progredir naturalmente na sua carreira, com merecem, como merecem. Agora, espero sinceramente, que haja aqui um pedido de desculpas, da bancada da CDU, a todos os funcionários dos SMAS, que desde 2012 não têm avaliação. Este Conselho de Administração, não tem responsabilidade. Mas tem a responsabilidade de tentar ajudá-los, e tentar minorar os efeitos dessa situação. Foram os Senhores.

Nós estamos cá numa base construtiva para trabalhar. Quem sabe, e todos estes dias foi lhe reiterado esse apoio, e faremos tudo para que esse apoio possa ser dado.

Mais uma vez vejo que não pretendem pedir desculpas.

Para terminar. A situação dos precários dos SMAS, é muito simples. Todos os casos identificados que estejam de acordo com a Lei, estão previstos no Mapa de Pessoal a serem integrados. E essas situações, as que estão de acordo com a Lei, estão previstas, estão assinaladas, e podem ter a certeza que as pessoas em causa, serão integradas nos quadros permanentes dos SMAS.

6.1.4.20 – A Sr.ª Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou tentar responder brevemente, porque de facto a noite já vai longa, e das perguntas que ainda tenho aqui e que consegui fixar.



Não entendo bem quando me perguntam, já não me lembro bem, qual dos Senhores Deputados da CDU, que me perguntou se iríamos privatizar o Flexibus, suponho que deve referir-se ao Flexibus, porque havendo dois, só um é que funciona. Ou se se refere ao bus da saúde que é dos TST, ou se se refere às linhas de transportes públicos que são dos TST. Não sei muito bem, a que é que se refere quando fala de privatizar os transportes públicos. Todos os transportes públicos em Almada são concessionados a privados. Todos. Tirando o Flexibus. Portanto, a sua preocupação é o Flexibus. Mas fica registado, e terei em atenção essa sua preocupação.

Quanto ao reforço da missão da ECALMA, já dissemos várias vezes, consideramos que a ECALMA não pode ser apenas uma espécie de agente mau, para autuar e fiscalizar, que deve fazer, e que deve fiscalizar, pela negativa. Deve também poder ter uma palavra a dizer sobre a circulação. Quando se rege o estacionamento, também convém que se tenha uma palavra a dizer sobre a circulação e sobretudo sobre aquilo que é a dinâmica do trânsito em Almada. E, contrariamente ao que também já foi dito numa reunião de Câmara, não! Almada não tem uma divisão de trânsito. E, portanto, gostaríamos que parte das funções daquilo que é uma divisão de trânsito passasse para a ECALMA, continuando obviamente a haver um serviço na Câmara para pensar a mobilidade na sua globalidade, que é algo necessário. A evolução que pretendemos para a ECALMA é muito semelhante àquela que aconteceu noutros Municípios como Cascais, como Lisboa, e como achamos que deve acontecer com estas empresas.

Relativamente às AUGI.

Não sei se ao fim de quarenta anos, e havendo ainda tantos casos de AUGI, se querem realmente que a gente vos dê os parabéns, mas pronto, cada um sabe da avaliação que faz de si próprio.

Em relação ao Senhor Deputado Carlos Revés. Senhor Deputado, ainda bem que mencionou a Comissão Eventual para análise do Orçamento. É que se me tivesse feito, pelo menos, uma das muitas perguntas que aqui fez, talvez eu lhe conseguisse responder. Mas, confesso, que neste final, terei todo o gosto em lhe responder enviando mais uma vez os gráficos e os nomes. Mas, de facto, nessa reunião, é que não fez nem uma. Portanto, eu suponho, que realmente veio aqui fazer uma declaração política, eu considero--a como tal, e respeito-a como tal. Mas suponho que não quer de facto respostas às suas perguntas.

Por fim, a questão da interrupção. Senhor Deputado José Lourenço, deixe-me que lhe diga. Há um lado muito simpático em si, aliás, já nos vimos noutras ocasiões, inclusivamente na Assembleia, eu sinto que gosta genuinamente do debate político. E eu também gosto. Gosto do debate político, gosto que as pessoas defendam com intensidade, as suas posições, os seus Partidos, as suas ideias. Mas, é preciso, permita-me que lhe diga, ser um pouco mais moderado, na forma como utiliza a palavra "mentira". E



permita-me também uma imagem muito prosaica. Porque quando se utiliza demais a palavra “mentira” e com alguma ligeireza, é um pouco como cuspir contra o vento, arrisca-se a que ela se vire contra nós.

Portanto, como já foi aqui dito, não! Não houve interrupção do serviço de natação.

Relativamente ao Carnaval das escolas, sim! Não continuamos o Carnaval das escolas, com toda a frontalidade. Há uma coisa, muito brevemente, tenho outras prioridades do que pôr 10% dos nossos alunos do Básico a desfilar à frente do Executivo. Acho que é mais importante que possam, e esteja descansado, em todas as Freguesias, em todos os sítios há festas de Carnaval, se quiserem ir, as pessoas podem festejar o Carnaval. Não considero que seja um dinheiro que se deva gastar. Acho que o Executivo tem é que ir junto às populações e não obrigar as crianças a desfilar à frente do Executivo. Até lhe digo, é mesmo uma questão ideológica da minha parte. Não ponho crianças a desfilar à frente do Executivo.

Por fim, aquisição. Senhor Deputado, devia também ter cuidado quando diz que é mentira, que não há dados sobre o desemprego. Eu vou-lhe dar os dados do Ministério do Trabalho.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, nos últimos três anos, o desemprego desceu de 32%. Em Almada, nestes últimos três anos, cresceu de 24,3%. Enquanto no Seixal, desceu de 28,6%. Mais, agora mesmo, desafio, se tiver uma coisinha destas, com internet, aconselho-o a ir à Pordata, acabei de o fazer. E na Pordata, veja-se, põe lá, Município de Almada, e o que é que aparece? O desemprego em Almada, em 2011, era 4,8%, em 2016 ... não tem? Olhe que são 7,7%, a Pordata está a mentir Senhor Deputado? Veja. Compila informação que vem no ar, é nas nuvens, a Pordata anda ali, olha uma informação e compila. Pronto. Estamos entendidos.

Agora, mais grave. É porque eu aí, Senhor Deputado, pode dizer que eu uso os média, etc. Eu gostaria de ter esse poder, não tenho. Mas, se há coisa com que eu embirro e não aceito, é que me chamem de mentirosa. Tudo o que eu tenho afirmado garanto-lhe que posso provar.

E já que me provoca, e quer absolutamente um sinal de má gestão ou de gestão menos rigorosa, eu terei todo o gosto em fazer-lhe chegar um contrato de aluguer feito pelo anterior Executivo na ordem dos 200.000.00 (duzentos mil) euros, ano! sabe do quê? Dum edifício, de uma casa particular, junto ao Koiparque. Para quê? Eventualmente, para porem lá uma coleção do Rogério Ribeiro, embora isso nunca venha mencionado. E eventualmente, para fazer uma bienal artística. Mas, uma coisa é certa, tentamos, desesperadamente, não pagar a primeira prestação, ou seja mais 100.000.00 (cem mil) euros, agora em janeiro. Tentamos anular, mas não podemos. E alguém me há-de explicar porque é que o Município de Almada alugou em 2016, por 200.000.00 (duzentos mil) euros ano, uma casa particular a quem nunca pediu sequer a chave. E eu tenho todo o gosto em fazer-lhe chegar este contrato. E mais, este contrato será remetido às entidades competentes para avaliação, se isto é ou não é gestão danosa. Está a



perceber? E, portanto, não me chame mentirosa, porque eu respondo-lhe. E da próxima vez, que tentar lançar essa achas, verifique, porque de facto está a cuspir contra o vento.

Por fim, deixe-me que lhe diga. Gestão rigorosa? Eu devo ter sido provavelmente, das tais, que elogiou a CDU, e as políticas autárquicas da CDU. E com tal, nesta minha revolta, e até, nesta minha indignação, vem também o facto, de quase diariamente, ter que rever as palavras e as afirmações que fiz anteriormente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou terminar.

E em relação à defesa da honra, quero só lembrar, 200.000.00 (duzentos mil) euros, é mais do que estava previsto, para o fundo social de emergência. É mais. Portanto, pergunte, a quem deve perguntar. E também, esclarecer, que já tenho dois pareceres jurídicos sobre isto, um interno, e outro externo. E terei todo o gosto em fazer-lhe chegar.

Por fim, acalmando os ânimos. Senhores Municípes, Senhores Deputados, Senhor Presidente.

É evidente, como foi aqui dito, que este não é o Orçamento, ainda total, do que gostaríamos que fosse. Claro, em parte, é um Orçamento de continuidade, como eu disse inicialmente, a Câmara Municipal de Almada só pode ter uma palavra, independentemente do Executivo. E é essa palavra que devemos, em todas as ocasiões, respeitar e dignificar.

Claro que há compromissos assumidos, claro que há protocolos assinados, claro que há contratos que devemos respeitar, claro que há trabalhadores, sobretudo que devemos defender. E, por isso, todos os compromissos, legítimos, que a Câmara assumiu, iremos cumpri-los. Aqueles que nos parecem menos legítimos, tentaremos fazer o que é necessário para os reverter. Mas, este Orçamento, é também um Orçamento, com as principais linhas daquilo que é a nossa ação. E uma delas, é sem dúvida nenhuma, respeitar em todas as ocasiões, as pessoas, os trabalhadores, sejam da Câmara, ou não sejam da Câmara. Porque Almada, também não é só feita dos trabalhadores da Câmara. E, portanto, já muito fizemos para os trabalhadores da Câmara, e queremos continuar a fazer. Garantir condições de trabalho, para os trabalhadores da ECALMA, que felizmente já poderão deixar de trabalhar nos contentores.

Iremos em breve garantir pelo menos balneários femininos, com alguma privacidade para as trabalhadoras dos espaços verdes, coisa que não tinham.

Garantir obviamente o respeito total pelos contratos, pelos direitos sindicais, e que eu espero, e conto com o Sindicato para ser nosso parceiro nisto, em todas as ocasiões, na defesa real dos trabalhadores, e não de qualquer outro interesse, ou Partido.



E lançar desde já as bases, daquilo que é de facto um posicionamento de Almada, muito diferente. Almada, aberta, Almada confiante, Almada ainda mais feliz de ser o que é, orgulhosa da sua diversidade, ainda mais orgulhosa das suas pessoas, do seu dinamismo, das suas coletividades, das suas associações, das suas empresas, que queremos que venham para cá, das suas terras. Um orgulho quase para fora, não só apenas um orgulho para dentro, é um orgulho para fora. Sim, Almada, é a capital desta grande Margem Sul. É a Margem certa, não sei se é a margem certa, não sei se há margens certas, mas há certamente a Margem Esquerda, a Margem Sul, a esta grande, grande terra que é Almada. E é isso, que nós queremos defender todos os dias. E as terras não são apenas as paisagens, são sobretudo as pessoas que aqui vivem. E, portanto, no resumo, este Orçamento, dentro daquilo que sabemos que foram os constrangimentos, é das pessoas para as pessoas, feito por pessoas, não será perfeito, pois é, somos todos pessoas.

6.1.4.21 – Deputado Municipal José Lourenço (CDU)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor presidente, eu pedi para usar esta figura regimental, apenas para uma vez mais clarificar. Eu usei a expressão “mentira”, a propósito da questão do desemprego, e sei do que estou a dizer.

O Ministério do Trabalho não tem dados, não faz inquéritos sobre o desemprego. Desculpem. Eu sei do que estou a falar. Quem faz os inquéritos sobre o emprego, e o desemprego, é o INE, que faz trimestralmente, em que inquire cerca de vinte cinco mil pessoas, uma amostra representativa do país, e que com base nessa informação, dá dados sobre o desemprego, que vai apenas ao nível das regiões.

Quando eu digo que não há dados sobre Almada, e que a Senhora Presidente está a mentir, eu uso esta expressão forte, peço desculpa, se há pessoas que ficam ofendidas, porque eu acho que vir dizer aqui que na Área Metropolitana, Almada é quem tem o desemprego mais alto, quando isso não é verdade, só pode ser considerado mentira. Portanto, não há essa informação.

Eu não menti, eu sei daquilo que falo. Aliás, há uma forma muito simples de clarificar, eu gostava que a Senhora Presidente, distribísse pelos Senhores Deputados Municipais, a informação que refere. Pode distribuí-la, a gente vai vê-la, e eu depois terei a oportunidade de vir aqui dizer aquilo que eu vi. Porque eu sei aquilo que estou a falar. E a Senhora Presidente não pode usar expressões deste tipo, que estão a denegrir uma realidade. Porque dizer que Almada é quem tem o desemprego mais elevado, não corresponde à verdade.

6.1.4.22 – Deputado Municipal Carlos Guedes (BE)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas, e só, para clarificar uma questão.



Nós ouvimos aqui, ao longo desta noite, várias referências à Comissão Eventual que foi criada nesta Assembleia para discutir as questões das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. Essa Comissão Eventual, foi presidida pelo Senhor Presidente. Eu fui membro, sou membro dessa Comissão até ao dia vinte de fevereiro, quando forem criadas todas as Comissões.

Estamos no início de um mandato de quatro anos, é bom que nos habituemos a respeitar a independência dos órgãos nesta autarquia. Senhora Presidente, muito sinceramente, aquela reunião estava marcada para as vinte e uma e quinze, começou às vinte uma e cinquenta. A Senhora Presidente, fez uma intervenção que durou cerca de duas horas, que foi seguida por duas intervenções de dois técnicos. Eu, enquanto Deputado Municipal, senti-me perfeitamente esclarecido pela intervenção da Senhora Presidente, tendo em conta a hora adiantada a que terminaram as intervenções da Senhora Presidente, e dos dois técnicos, nenhum dos Deputados Municipais, tomou a palavra, e a reunião foi terminada. Talvez devamos repensar a intervenção do Executivo, nas próximas reuniões da Comissão, e talvez fosse aconselhável, que as críticas diretas que a Senhora Presidente aqui deixou, fossem retiradas, e haja respeito pelo funcionamento das Comissões, e pelo funcionamento desta Assembleia Municipal.

6.1.4.23 – A Sr.ª Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito brevemente, só para responder ao Senhor Deputado Carlos Guedes, eu própria tenho consciência, que fui um bocado longa nessa intervenção, mas também deixei claro, que qualquer dúvida que tivessem, também estaremos sempre disponíveis para esclarecer.

E, portanto, não veja nas minhas palavras, nem sequer é uma crítica, era só uma constatação, e não veja nas minhas palavras qualquer falta de respeito.

Mas teremos todo o gosto em responder .

6.1.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum passou-se à votação das propostas:

6.1.5.1 – A proposta sobre as Opções do Plano e Orçamento do Município para 2018 foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Sr.s Presidentes da União de Freguesias de Charneca Sobreda e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do PAN, catorze votos contra dos eleitos da CDU incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia de Cova da Piedade Almada Pragal e Cacilhas, Caparica Trafaria, Laranjeiro Feijó ou seus representantes e cinco abstenções dos eleitos do BE e do CDS-PP, através da seguinte deliberação:



A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano do Município e o Orçamento do Município para o ano de 2018, com o valor global de 90.239.250.00 Euros, e respetivos anexos, nos precisos termos das deliberações da Câmara Municipal de 29 de janeiro de 2018.

6.1.5.2 – A proposta sobre o Mapa de Pessoal do Município para 2018 foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Sr.s Presidentes da União de Freguesias de Charneca Sobreda e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do PAN, catorze votos contra dos eleitos da CDU incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia de Cova da Piedade Almada Pragal e Cacilhas, Caparica Trafaria, Laranjeiro Feijó ou seus representantes e cinco abstenções dos eleitos do BE e do CDS-PP, através da seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais de Almada para 2018, com um total de 1927 postos de trabalho preenchidos e por preencher, nos precisos termos das deliberações da Câmara Municipal de 29 de janeiro de 2018

6.1.5.3 - A proposta sobre as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2018 foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Sr.s Presidentes da União de Freguesias de Charneca Sobreda e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do PAN, catorze votos contra dos eleitos da CDU incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia de Cova da Piedade Almada Pragal e Cacilhas, Caparica Trafaria, Laranjeiro Feijó ou seus representantes e cinco abstenções dos eleitos do BE e do CDS-PP, através da seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada e o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS para o ano de 2018, com o valor global de 31.594.152.18 Euros, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 29 de janeiro de 2018.

6.1.5.4 - A proposta sobre o Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018 foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos do PS, incluindo os Sr.s Presidentes da União de Freguesias de Charneca Sobreda e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do PAN, catorze votos contra dos eleitos da CDU incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia de Cova da Piedade Almada Pragal e Cacilhas, Caparica Trafaria, Laranjeiro Feijó ou seus representantes e cinco abstenções dos eleitos do BE e do CDS-PP, através da seguinte deliberação:



A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para 2017, com um total de 568 postos de trabalho, preenchidos e a preencher, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 29 de janeiro de 2018.

6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

O Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais”;

Tendo em conta o ponto da ordem do dia referente à apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento por parte da Câmara Municipal de Almada, o CDS-PP tem o seguinte entendimento no que respeita à sua orientação de voto:

Passados que estão os anos da CDU à frente dos destinos do concelho de Almada, o CDS-PP entende que é hora de mudança e é hora de implementar medidas e políticas que verdadeiramente vão de encontro aos interesses da cidade e dos almadenses.

Não parece sensato se está a olhar e a perder muito mais tempo com o passado quando há um enorme futuro para projetar.

A CDU teve o seu tempo e a ela se deve (fruto das transformações que a Democracia trouxe por todo o país) o início de um tempo moderno no que respeita ao poder local democrático com avanços significativos para a cidade é um facto, mas que com o decorrer do tempo se foi entrincheirando no seu próprio dogmatismo acarretando com tal a estagnação do concelho e a gestão do município a conta-gotas deixando para trás projetos estruturantes que em muito potenciariam e desenvolveriam o concelho.

Com as eleições de outubro de 2017, os almadenses manifestaram nas urnas uma esperança de mudança e que com ela traga desenvolvimento e prosperidade ao concelho projetando Almada no futuro moderno e na vanguarda.

O Partido Socialista apresentou pela primeira vez um Orçamento e Opções do Plano para Almada, destronando cerca de quatro décadas de poder comunista, razão pela qual, as expectativas e a esperança do povo de Almada são não só expectantes como também legítimas.

Com um orçamento de mais de 90 milhões de euros, e com uma tesouraria aparentemente equilibrada, pese embora a auditoria externa que resultará na prova dos nove, o novo executivo tem margem de manobra para implementar o muito que há por fazer e desenvolver no concelho.



Pelo CDS-PP, as políticas sociais, as políticas direcionadas para as pessoas, para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego devem ser a prioridade deste novo executivo trabalhando efetivamente para a melhoria e bem-estar dos almadenses.

Em Almada, os impostos continuam a ser a verdadeira fonte de rendimento do município, facto esse que sub-carrega os almadenses ano após ano.

Já no que concerne à despesa, gastou-se demasiado em despesa fútil, desnecessária e incompreensível para a maior parte das necessidades efetivas do concelho.

As adjudicações diretas, os serviços externos que engrossavam a lista de despesa a cada ano que passava e as conhecidas rubricas de "Outros", foram grosso modo, responsáveis pelos gastos desmesurados e supérfluos em Almada.

Com o novo executivo, é crucial que o mesmo saiba ouvir a oposição de forma a criar pontes e convergências que permitam ao concelho ter um desenvolvimento sustentado, mas, sobretudo, deve saber ouvir as pessoas e trabalhar em prol das pessoas e do aumento da sua qualidade de vida.

Desta feita, perante o cenário possível num concelho com tamanho atrasado comparativamente a outros da mesma dimensão e de semelhantes características, é hora de com atitude responsável, mas vigilante, dar uma oportunidade a quem ganhou as eleições, para que possa governar o concelho com tranquilidade e com empenho.

Por parte do CDS-PP, respeitando a vontade dos almadenses, terá sempre uma postura construtiva e disponível para gerar consensos alargados que envolvam toda a comunidade local no cumprimento daquele que deve ser o verdadeiro sentido de responsabilidade do poder político democrático e livre.

O CDS-PP abster-se-á na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Almada para o ano de 2018.

7 – Foi concluída a Ordem de Trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião eram 01H15 do dia 10 de fevereiro de 2018.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos Vereadores Senhores/as Francisca Parreira, João Cuvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Ana Cláudia Dias e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 90 Srs. Munícipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

O PRESIDENTE *J. P. C.*

O 1º SECRETÁRIO *Paulo Vieira*

A 2ª SECRETÁRIA *Ana Paula Alves Silva*